

Acidentes de viação ferem 33 em Maputo

Texto: Intasse Siteo

A Polícia da República de Moçambique (PRM) afirma que não houve nenhum óbito em consequência de sinistros rodoviários nos locais onde esteve presente, durante o último fim-de-semana, na capital moçambicana. Todavia, registou 33 feridos, entre graves e ligeiros.

Dos acidentes de viação em alusão quatro foram causados por automobilistas que se fizeram ao volante sob o efeito do álcool, facto que esteve também relacionado com o excesso de velocidade. Aliás, entre 24 e 30 de Agosto último, 67 pessoas foram surpreendidas a conduzir com níveis de álcool inadmissíveis, dos 123 indivíduos autuados devido a este problema.

A PRM indica, também, que houve quatro choques entre veículos, dois atropelamentos e igual número de despistes e capotamento.

“Continuamos a registar, sobretudo no fim-de-semana, casos de automobilistas que conduzem embriagados e, por conseguinte, envolvem-se em sinistros rodoviários”, explicou Orlando Mudumane, porta-voz do Comando da PRM a nível da cidade de Maputo.

Para minimizar a situação, a Polícia de Trânsito (PT) fiscalizou cerca de 3.286 viaturas e apreendeu 31 por diversas irregularidades que atentavam contra o Código de Estrada, que estatui as normas básicas de condução, as quais têm sido semanalmente infringidas resultando em derramamento de sangue e luto.

“Queremos que o tribunal diga aos moçambicanos e ao mundo em que país é que nós vivemos”, Democracia ou Ditadura



A Liberdade de Expressão e de Imprensa em Moçambique começou a ser julgada nesta segunda-feira (31), no Tribunal Judicial do Distrito de Kampfumo, na cidade de Maputo. Contrariando vários juristas, organizações da Sociedade Civil e até a Amnistia Internacional, que apelaram para o arquivamento do processo que o Estado move contra o cidadão Carlos Nuno Castel-Branco, o advogado de defesa afirmou que “os réus querem provar que nenhum crime cometeram” e enfatizou que em julgamento está a “fronteira que é preciso traçar, entre vivermos num país em democracia, vivermos num país onde os direitos dos cidadãos e as suas opiniões são respeitados, ou vivermos num ditadura, (...) onde as pessoas vivem amordaçadas e não podem exprimir as suas opiniões”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 02 →

Acidentes de viação matam sete pessoas em Nampula

Pelo menos sete pessoas morreram e um número não especificado contraiu ferimentos graves e ligeiros, na sequência de dois acidentes de viação ocorridos nesta segunda-feira (31) na Estrada Nacional número 13, concretamente nos distritos de Ribáuè e Malema, na província de Nampula.

Texto: Leonardo Gasolina

Os sinistros, que causaram mais de sete vítimas mortais, foram motivados por excesso de velocidade, negligência por parte dos automobilistas e condução sob o efeito de bebidas alcoólicas.

O acidente que matou um maior número de pessoas foi do tipo despiste e aconteceu por volta das 15h00, sendo que a viatura, cuja chapa de inscrição não foi possível apurar, perdeu a direcção na zona de Namale, no posto administrativo de Chica, distrito de Ribáuè. O veículo transportava passageiros da vila municipal de Ribáuè com destino à cidade de Nampula e presume-se que tenha tirado a vida a mais de seis cidadãos, para além de ferir, gravemente, cerca de 22 ocupantes.

Jorge Gustavo, cidadão que contou o incidente ao @Verdade, disse que o motorista e outros ocupantes, que contraíram ferimentos graves, foram imediatamente evacuados para o Hospital Central de Nampula. Os finados foram levados para a morgue do Hospital Rural de Ribáuè.

Um outro acidente ditou a morte de um cidadão que aparentava 31 anos de idade. O malogrado, que foi atropelado mortalmente no troço de Mutuáli e Lúrio, distrito de Malema, respondia pelo nome de Geraldo Supuni. @Verdade soube que o finado se fazia transportar na sua bicicleta, quando foi, violentamente, colhido por uma viatura de marca Toyota Hilux, modelo D4D, de dupla cabina, e cor branca.

Dickson Lemos, cidadão que presenciou a ocorrência, disse que o automobilista infractor, apercebendo-se da morte daquele indivíduo, pôs-se em fuga em direcção à cidade de Cuamba, província de Niassa, facto que não permitiu a identificação da chapa de inscrição da viatura. Os populares comunicaram o facto às autoridades policiais, facultando todas as características do veículo.

Importa referir que a estrada que liga a cidade de Nampula a Cuamba tem registado acidentes, quase todos os dias, desde que se deu início às obras de asfaltagem.

Polícia recupera armas de fogo e viaturas das mãos de assaltantes em Maputo

Um grupo de indivíduos, parte dos quais ainda por identificar, ameaçou várias pessoas com recurso a armas de fogo e apoderou-se das suas viaturas, das quais oito foram recuperadas, bem como os instrumentos bélicos usados no crime, na semana passada, na capital moçambicana.

Texto: Intasse Siteo

Segundo a Polícia da República de Moçambique (PRM), para além do uso de armas do tipo pistolas, os meliantes recorreram a chaves falsas para lograrem os seus intentos. Em conexão com o crime, três pessoas encontram-se detidas na 1ª esquadra, sita na zona baixa de Maputo.

Orlando Mudumane explicou que na posse dos visados foram apreendidas duas pistolas e 14 munições. Os veículos foram entregues aos respectivos proprietários.

Ainda na semana finda, outro grupo de indivíduos desconhecidos roubou duas viaturas com as chapas de inscrição AEI 418 MC e AEJ 447 MC, nos bairros George Dimitrov e Hulene “B”. A Polícia diz que está no encalço dos meliantes.

De acordo com o agente da Lei e Ordem, os presumíveis assaltantes amedrontaram as suas

vítimas com recurso a armas de fogo.

No período em análise, por volta das 18h00, no bairro Ferroviário, indivíduos não identificados agrediram um cidadão de 28 anos de idade até à morte, por razões não apuradas.

Enquanto isso, no Aeroporto Internacional de Maputo 28 cidadãos de nacionalidade estrangeira foram interditos de permanecer em Moçambique devido à falta de indicação clara dos objectivos da sua vinda ao país, local de hospedagem, meios de subsistência, por porte de passaportes com vistos falsos e por não terem apostos vistos de entrada.

Do grupo em questão, cinco pessoas foram repatriadas através dos voos em que desembarcaram no país e os restantes aguardam pela vez, na 18ª esquadra.

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o

XICONHOCA



Envie-nos um
SMS para
90440

E-Mail para
averdademz@gmail.com

ou escreva no
Mural do Povo

→ continuação Pag. 01 - “Queremos que o tribunal diga aos moçambicanos e ao mundo em que país é que nós vivemos”, Democracia ou Ditadura

“(…) Nós concluímos que queríamos vir a julgamento. Porque é diferente os réus serem mandados embora porque uma excepção, ou uma questão prévia põe fim ao processo, do que ser julgado e ser absolvido porque nenhum crime foi cometido. É essa a nossa convicção”, começou por declarar nas suas alegações finais o advogado do réu Carlos Nuno Castel-Branco acrescentando ainda que o “réu não invocou a Lei da Amnistia, o réu não quer ser amnistiado porque amnistia significa aceitar que se cometeu o crime e que depois, por uma ficção legal, os efeitos desse crime não são tidos em conta”.

Segundo João Carlos Trindade, os réus querem provar a sua inocência e que nenhum crime contra a Segurança do Estado, como alega o Ministério Público, foi cometido. “O único “crime” que cometeram foi exprimir a sua opinião, foi exprimir a sua indignação para com a forma como este país estava a ser governado. E isso é um direito que a Constituição e todas os instrumentos de direito internacional garantem aos cidadãos; por isso, Meritíssimos senhores juizes eleitos, aquilo que está aqui em jogo não é o que disse o Ministério Público, não está aqui em jogo a forma como o réu usou as palavras para exprimir a sua opinião, não é isso que está em jogo. O que está em jogo neste processo é uma fronteira que é preciso traçar, entre vivermos num país em democracia, vivermos num país onde os direitos dos cidadãos e as suas opiniões são respeitadas, ou vivemos numa ditadura, vivemos num país onde as liberdades são coarctadas, onde as pessoas vivem amordaçadas e não podem exprimir as suas opiniões. Essa é que é a verdadeira linha que separa e que vai determinar a decisão deste tribunal.”

Trindade, que já foi juiz do Tribunal Supremo, fez questão de recordar ao juiz presidente do Tribunal Judicial do Distrito de Kampfumo, João Guilherme, assim como aos juizes eleitos Amélia Fumo e Ernesto Miugessene, que o Judiciário é um poder do Estado que “fiscaliza e que faz a aplicação das leis aos casos concretos e cujas decisões prevalecem sobre as demais autoridades”.

“Por isso nós queremos que o tribunal, um órgão de soberania deste país, diga aos moçambicanos e ao mundo em que país é que nós vivemos”, exigiu o advogado de Castel-Branco que ainda desafiou o Tribunal a aplicar a Lei Mãe neste julgamento: “A Constituição é um instrumento bonito e encaderado para ficar nas estantes ou é algo que é vivo e tem que ser aplicado?”.

“Ele (Armando Guebuza) mandou para a universidade”

Esta sessão de julgamento fi-



cou também marcada pelo relato emocionado do réu sobre as motivações que o levaram a fazer o post na rede social Facebook em Novembro de 2012.

Anteriormente, Carlos Nuno Castel-Branco contou ter conhecido o antigo Presidente de Moçambique em 1977, “quando eu entrei para as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM). Ele era na altura comissário político nacional das FPLM e eu fui incorporado nas Forças e depois fui chamado a trabalhar no comissariado político como jornalista. (...) Durante o tempo em que eu estive no comissariado político nacional entre outras actividades também fui chamado muitas vezes a escrever os discursos do comissário político nacional, o Tenente General Armando Emilio Guebuza”.

Castel-Branco acredita que se o jovem político Guebuza lhe confiava a redacção de alguns dos seus discursos era porque havia alguma confiança até porque foi por incentivo deste que ingressou na universidade, tornando-se no académico que é hoje. “Em 1980 o comissário político nacional (Armando Guebuza) chamou-me e mandou-me estudar na universidade porque, disse ele, o país precisava de jovens revolucionários com potencialidade para poderem estudar e assumir as novas tarefas do país”.

“Eu permaneci com os meus ideais revolucionários, ele (Armando Guebuza) não”

Porém, quando questionado sobre como esta identidade revolucionária se perdeu o réu usou as palavras do antigo ministro das Finanças da Grécia, Yanis Varoufakis, que depois de sair do Governo justificou-se desta forma: “Eu não mu-

dei, o barco é que mudou de rumo”.

“(…) Eu com o Presidente Guebuza, quando ele era comissário político nacional, aprendi o Marxismo-Leninismo, aprendi sobre o socialismo” enquanto o académico começou a emocionar-se ao lembrar-se do período da revolução. Com a voz embarcada e com lágrimas nos olhos Castel-Branco acrescentou: “aprendi os valores da revolução, aprendi a superioridades dos sistemas sociais que servem os povos e que estão ao serviço do desenvolvimento dos povos. Aprendi isso com ele, aprendi isso com Samora, aprendi isso com Marcelino, aprendi isso com o povo moçambicano. Quando esses princípios são violados eu tenho duas opções: ou me mantenho no barco ou violo-os”.

Visivelmente emocionado, o economista, prestigiado nacional e internacionalmente, pegou na garrafa com a água que bebia e leu no rótulo uma conhecida frase do primeiro Presidente de Moçambique, Samora Machel: “Não façamos da tarefa recebida um privilégio e um meio de acumulação. Quem disse isso? A minha opção está clara”.

O juiz João Guilherme acalmou o réu, que na altura estava a ser inquirido pelo seu advogado que procurava esclarecer se a motivação do post que fez para os seus amigos na rede social Facebook seria a de “enxovalhar a honra do Presidente”.

“Eu não tenho nenhum assunto pessoal ou particular com o cidadão Armando Emilio Guebuza, com quem eu não privo”. Ainda emocionado, Castel-Branco explicou que pessoalmente não tem nem nunca teve nenhum conflito com o antigo Chefe de Estado; contudo, enquanto ele permaneceu com os seus ideais revolucionários,

com os seus ideais socialistas e com os seus ideais comunistas, Armando Guebuza, por sua vez, tornou-se um capitalista; por isso, o réu achou “que seria não só meu direito mas seria minha obrigação, como cidadão deste país, manifestar o que é que eu penso, o que é a minha opinião sobre o que estava acontecer com a governação”.

Fernando Veloso vai ser julgado em processo autónomo

Seguiu-se a audição do réu Fernando Mbanze, acusado pelo Ministério Público de abuso da Liberdade de Imprensa por publicar o post no jornal MediaFAX, sabendo que o texto atentava, alegadamente, contra a honra e o bom nome do ex-Presidente Guebuza.

Mbanze esclareceu que a relevância da publicação deveu-se ao interesse público do texto que reflectia sobre os temas que na altura eram actuais como a situação de guerra entre forças governamentais e do partido Renamo, ou o pico da onda de raptos na cidade de Maputo e na Beira.

O editor do MediaFAX explicou ainda que a idoneidade de quem havia escrito o post também pesou na decisão de o publicar, após consultar o autor que não foi favorável ou contrário ao seu uso, deixando a decisão ao critério dos jornalistas da Mediacoop que não encontraram nada de calunioso ou difamatório e, por isso, o publicaram.

O réu Fernando Veloso, editor do jornal Canal de Moçambique que não esteve presente nesta audiência, por se encontrar em tratamento médico fora do país. A Procuradora Sheila Matavele explicou que, devido à impossibilidade de notificar

este réu, “o Ministério Público exarou um despacho onde mandou extrair cópias dos autos para se instaurar um processo autónomo”.

“Ele (Castel-Branco) escreveu o que muitos de nós sentimos e que não podemos dizer”

João Carlos Trindade arrolou quatro testemunhas para corroborar a veracidade dos factos constantes na publicação do réu, tal como manifestarem a sua opinião sobre a existência ou não de difamação ao antigo Chefe de Estado.

Abdul Carimo Issa, membro do partido Frelimo, jurista, antigo magistrado, ex-deputado e membro da sociedade civil, recorda-se de que nos primeiros anos da revolução um dos princípios fundamentais era “unidade, crítica, unidade” e para ele este texto é de alguém que acredita nesse princípio, pelo que “para sermos mais unidos é preciso criticarmos, é preciso respeitarmos as ideias uns dos outros”.

João Carrilho, também membro do partido no poder, engenheiro e antigo governante, afirmou que Castel-Branco é um patriota e que “se há uma coisa que ele não gosta é que se ponha em causa o país”.

“Eu quando li o texto admirei a coragem que o Dr. Castel-Branco teve e pensei que ele escreveu o que muitos de nós sentem e que não podem dizer por várias razões” declarou Teresinha da Silva, reformada do Estado e activista de Direitos Humanos.

O também académico, José Jaime Macuane, testemunhou afirmando não concordar na íntegra com o post mas que se reviu na sua essencial e considerou o texto “um desabafo”.

Depois, dois jornalistas, Francisco Chirindza e Armando Nenane, testemunharam a favor de Fernando Mbanze e, sem interrupção, o julgamento seguiu para as alegações finais.

“O interesse público não se confunde com o interesse do público”

Como seria de esperar, o Ministério Público pediu a condenação dos réus. “Liberdade de Expressão e opinião não é um direito absoluto, ele encontra limites noutros direitos igualmente legitimados e constitucionalmente protegidos, razão por que deve ser exercido com grande ponderação cívica e com respeito das pessoas sobre as quais recai a opinião emitida”, começou por argumentar a Procuradora Sheila Matavele.

“Na verdade, tais acusações e afirmações extravasam os limites toleráveis no exercício do direito à Liberdade de Expressão e de opinião e consubstanciavam a prá-

continua Pag. 17 →

Editorial

averdademz@gmail.com

Não se pode silenciar a liberdade de expressão

Isto pode parecer um ataque à Procuradoria-Geral da República (PGR), mas não se trata disso. Pelo contrário, pretendemos juntar-nos às vozes que se levantam em repúdio à tentativa de se “assassinar” as liberdades de Imprensa e de Expressão, protagonizada por uma instituição que se devia ocupar de assuntos que efectivamente preocupam sobremaneira os moçambicanos. Referimo-nos à corrupção que se enraíza e ganha o rosto de normalidade nas instituições públicas, aos assassinatos e sequestros que acontecem sob o olhar impávido e sereno das autoridades policiais, o enriquecimento ilícito, entre outros crimes.

Porém, diante de toda esta situação que tira o sono aos moçambicanos, os nossos digníssimos servidores públicos optam, deliberadamente, por se entreterem fazendo acusações enfadonhas, ignorando aquilo que é realmente a preocupação de um povo.

A nossa opinião é claramente subjectiva e reflecte indiscretamente a nossa indignação em relação a certas situações vergonhosas que, como moçambicanos, somos obrigados a assistir quase todos os dias.

Esta indignação vem a propósito do processo judicial movido pela Procuradoria-Geral da República contra o académico Carlos Nuno Castel-Branco e os jornalistas Fernando Veloso, do Canal de Moçambique, e Fernando Banze, do Mediafax, acusados de crimes contra segurança do Estado e abuso de liberdade de Imprensa.

O exercício do direito de divulgação do pensamento e a liberdade de Imprensa são garantidos pela Constituição da República. Mas o cenário da justiça moçambicana encontra-se numa situação de descontrolo total, ao ponto de a PGR escamotear a Lei Mãe com o único objectivo de ajeitar a gravata de algumas figuras. É sabido que é um direito constitucional exprimir a sua opinião, pensamento ou ideia. É, no entanto, caricato que a guardiã da democracia seja a principal infractora, tomando posições ideológicas, como está a acontecer no caso em apreço.

Portanto, como um país merecemos uma PGR que não viva de olhos vedados em relação aos grandes males que afectam esta nação. Não queremos uma PGR movida por bajulação e com um alinhamento ideológico pré-determinado. Não queremos uma PGR que age somente quando os interesses de certas figuras políticas estão em causa. Não queremos uma PGR que funcione como se de prestadora de serviços particulares se tratasse.

Esta é a fotografia do “naufrágio da humanidade”

Os dois barcos partiram com refugiados, separadamente, de Akyarlar, perto da península turca de Bodrum. Um afundou-se - o menino afogado ia nesse barco. As imagens do seu pequeno corpo na praia, de barriga para baixo, começaram a correr mundo, nas manchetes dos jornais online e nas redes sociais. Num instante, tornaram-se as fotografias mais partilhadas com a hashtag KiyiyaVuranInsanlik - o naufrágio da humanidade.



Texto: jornal Público

Segundo a polícia turca, morreram 12 das pessoas que iam no barco que se afundou esta quarta-feira, incluindo uma mulher e cinco crianças, uma delas o menino que o polícia que parece engolir em seco leva no colo. Sete pessoas foram salvas, duas estão ainda desaparecidas. A polícia turca disse que estava a perder a esperança de encontrá-las com vida.

O destino das duas embarcações, com um total de 23 pessoas, era a ilha grega de Kos, no outro lado do Mediterrâneo. Ali, as autoridades disseram estar convencidas de que os mortos são sírios, oriundos de uma zona controlada pelo Estado Islâmico.

Kos tornou-se um imã para milhares de pessoas que arriscam a vida para chegar à União Europeia, fugindo de guerras, conflitos e perseguições. Também outras ilhas gregas os recebem: esta quarta-feira, 2500 refugiados, provavelmente também sírios (segundo a polícia), chegaram a Lesbos, dentro de 60 botes e outras embarcações frágeis.

Os números oficiais dizem que só este Verão no Mediterrâneo morreram 2500 pessoas que tentavam encontrar uma vida melhor na Europa.

Família do menino afogado estaria a tentar chegar ao Canadá

Esta quinta-feira, para além da imagem publicada em jornais e partilhada nas redes sociais, revelou-se parte da história do menino e da sua família curda da Síria. Soube-se o seu nome, Aylan, a sua idade, três anos, que tinha um irmão, Galip de cinco anos, e que a mãe se chamava Rehana, 35 anos. Soube-se que os três morreram ao tentar chegar à Grécia.

Sobreviveu o pai, Abdullah Kurdi, que pagou 4000 euros (cerca de 160 mil meticais) pela viagem num barco de borracha de cinco metros onde iam pelo menos 12 pessoas, segundo a jornalista da emissora Al-Aan, do Dubai, Jenan Moussa.

Uma hora depois de sair do ponto da costa turca mais perto de Kos, a viagem começou a tornar-se problemática. O turco que levava o barco desapareceu rapidamente. Outra hora passou e o barco acabou por afundar.

Abdullah terá tentado agarrar-se ao barco, e ao mesmo tempo segurar a mulher e dois filhos, mas um após outro, todos foram levados pelas ondas. A única coisa de que o pai fala agora é levar a família

de regresso à Síria para a poder enterrar em Kobane, de onde desesperadamente fugiu. A família saiu de Damasco em 2012 e depois mudou-se para Kobane, tendo fugido daí para a Turquia quando a cidade foi tomada pelos jihadistas do grupo Estado Islâmico.

Uma irmã de Abdullah vive em Vancouver há mais de 20 anos e contou a um jornalista do diário canadiano National Post que soube do sucedido por um telefonema de uma cunhada. Abdullah tinha ligado com a terrível notícia.

Teema contou ainda ao jornalista que tentava que a família conseguisse asilo no Canadá através de um procedimento chamado G5, em que cinco cidadãos canadianos podem apoiar uma candidatura desde que dêem aos refugiados apoio emocional e financeiro. Ela conseguiu que amigos e vizinhos se juntassem para isto.

Mas para que este pedido seja aceite, os candidatos têm de ser formalmente considerados refugiados pela ONU ou por um outro estado. O problema da família é que na Turquia não conseguiram documentos para sair nem registo como refugiados – o que não é raro acontecer com curdos na Turquia.

Em Junho, o pedido da família foi recusado pelas autoridades do Canadá, devido às complexidades do processo na Turquia, segundo o National Post, ou porque as autoridades consideram que os refugiados que estão neste país estão em segurança, segundo a Al-Aan.

Foi depois disso que consideraram outras alternativas para sair da Turquia, e segundo a Al-Aan esta não foi a primeira tentativa. Ficar lá não era uma opção. “Os curdos sírios são muito mal tratados”, explicou ao National Post a irmã Teema, que ainda não tinha desistido de voltar a tentar outra candidatura de asilo para a o irmão e a sua família.

Mas agora Abdullah Kurdi já não quer ir para o Canadá. Aos jornalistas que o ouviram à porta da morgue da cidade de Mugla perto de Bodrum, onde ocorreu o naufrágio, disse, desfeito em lágrimas, queria voltar para Kobane para enterrar a família. “Só isso poderá aliviar a minha dor”.

“Os meus filhos eram as crianças mais bonitas do mundo. Há alguém no mundo que não considere os seus filhos a coisa mais preciosa da vida?”, disse Abdullah. “Eu perdi tudo”.

Xiconhocas

Carlos Machili

De 2013 a 2015, o Professor Doutor Carlos Machili, director-geral da Agência de Energia Atómica e membro da Comissão Central de Ética Pública, perpetrou um rosário de anomalias que consubstanciavam abuso de cargo e efectuou uma série de remunerações indevidas. O Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) tomou conhecimento das falcaturas, não se fez de rogado, estendeu os seus tentáculos e atirou-os sobre o visado, que outrora foi também director de Assuntos Religiosos no Ministério da Justiça, para não mencionarmos outros cargos de relevo ocupados por este ilustre compatriota, de quem se esperava decoro, honestidade e rectidão nas suas acções administrativas. Antes de o público tomar conhecimento dos factos de que Carlos Machili é acusado, ele era uma pessoa inquestionavelmente respeitada. Mas, hoje, está a ser difícil entender o que motivou uma pessoa considerada intelectual como ele a cometer infracções financeiras, cujo prejuízo ronda os cinco milhões de meticais, cuja cópia documental foi remetida ao Ministério Público junto do Tribunal Administrativo. Machili agiu como um parasita e se este adjectivo não lhe “couber”, o termo abutre ajusta-se, com certeza, ao tamanho dos seus erros. Ele deve pagar por tudo o que fez com o dinheiro do Estado, palavra de honra!

PRM

A Polícia da República de Moçambique (PRM) continua igual a si própria e parece que trabalha em função da dimensão dos problemas que enfrenta no seu dia-a-dia. A pequenez desta força da Lei e Ordem chega a irritar, sobretudo quando procura justificar a sua incapacidade com a falta de pistas para deter aqueles indivíduos que em plena luz do dia assassinam gente aparentemente inocente. O que indigna e chega a constituir uma aberração é o facto de, constantemente, a nossa Polícia dizer que tem pistas dos criminosos e está no seu encalço, mas nunca divulga o relatório final das suas investigações, como também não apresenta os verdadeiros bandidos. O que tem sido praxe na Polícia é a detenção dos pilha-galinhas. Aqueles que assassinam e cometem tantos outros delitos monstruosos continuam livres e aptos para novamente fazerem vítimas. Siba-Siba Macuácu, Gil Cistac, Paula Machava, Vicente Ramaya, Paulo Estevão Daniel (“Dangerman”) e Inlamo Ahamada Ali Mussa são apenas alguns irmãos mortos e não se sabe por quem. Que investigações, afinal, a Polícia de Investigação Criminal (PIC) anda a fazer? Vale a pena continuarmos a confiar na Polícia para esclarecer este tipo de casos ou devemos preparar-nos para também morrer precocemente?

Carlos Mesquita

Já não há prazo para as companhias de telefonia móvel registarem os cartões SIM (Módulo de Identificação do Subscritor). Depois de tanta tempestade em torno deste assunto, o Governo recuou e veio a público, sem vergonha, dar o dito por não dito e afirmar que o prazo para o registo deste tipo de cartões está adiado sine die. As empresas apresentaram sempre dificuldades em registar os seus clientes pelas mesmas razões que são do conhecimento do Executivo, mas Carlos Mesquita, ministro dos Transportes e Comunicações, ignorou tais motivos, encheu o peito de ar, levantou a voz e deu um ultimato de um mês às operadoras por entender que era inadmissível que as companhias em causa não tivessem conseguido registar 50% dos seus clientes em quatro anos. Ele, que tinha sido nomeado havia duas semanas, achava que o que as firmas não fizeram durante esse tempo seria possível em um mês? Com certeza, este ministro só podia estar sob o efeito da emoção de acabar de abraçar o cargo. Seis meses depois de se ter instalado e porque já conhecia bem os corredores da casa, Mesquita mandou a sua vice-ministra, Manuela Rebelo, declarar que “não estipulamos, neste momento, prazos. O que dissemos é que queremos que terminem o processo, mas não demos nenhum tipo de prazo às companhias, mas elas estão a trabalhar”. Os dois governantes deviam, no mínimo, ter vergonha!

Ficha Técnica

NAMPULA-Av. 25 de Setembro 57 A
Telémóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO-Av. Paulo Samuel Kamkhomba 83
Telémóvel+258 84 39 98 629

E-mail:averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; Chefe de Redacção: Emildo Sambo; Assessor de Redacção: Mussagy Mussagy; Redacção: Duarte Siteo, Intasse Siteo; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Chefe de Redacção: Júlio Paulino; Redacção: Cristovão Bolacha, Luís Rodrigues, Leonardo Gasolina; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Paginação e Grafismo: Danúbio Mondlane, Hermenegildo Sadoque; Fotografia: Eliseu Patife; Director de Distribuição: Sérgio Labistour; Periodicidade: Semanal; Impressão: Lowveld Media, Stinkhoutsingel 12 Nelspruit 1200.



Boqueirão da Verdade

“O Presidente da República tem falado de competência e meritocracia como base para as nomeações, mas se visitarmos os 40 anos da história do país, naturalmente que não estamos a inventar absolutamente nada e sabemos que as coisas não correram muito bem do ponto de vista de distribuição de riqueza. (...) O modelo de diálogo no Centro de Conferências não deveria continuar daquela maneira e tinha de surgir uma plataforma de diálogo válida, que possa trazer soluções,” **Lourenço do Rosário**

“Já que não participamos (diz a Renamo) na mesa de distribuição da riqueza com a Frelimo desde a independência, agora que estamos a chegar ao poder, quer pela força das armas, quer pela força do diálogo, com o facto de já termos conseguido a paridade nos órgãos eleitorais, estamos a discutir paridade nas Forças de Defesa e Segurança, assim queremos paridade na economia”, **idem**

“Herdámos um problema histórico que faz com que o nosso sistema político reaja somente com extremismo. Foi assim com os portugueses para alcançarmos a independência, sucedeu o mesmo com o Governo para se ter o multipartidarismo, tivemos a mesma situação para reformar o pacote eleitoral e verificou-se o mesmo agora para Nyusi marcar o encontro com Dhlakama. (...) Isto repete-se com o actual Presidente que no seu discurso inaugural fez muitas promessas, principalmente no que toca à paz, mas parece que desde aquele dia nunca se deu tempo para interiorizar a sua comunicação. (...) A arrogância não resolve os problemas do país. A reforma

do sistema político é urgente e não há outra alternativa. Pode-se adiar este assunto por um mandato, mas não será por mais de 20 anos”, **João Pereira**

“O Governo não ouve a Renamo e o maior partido da oposição não ouve o Executivo. Não há grandes perspectivas sobre o encontro, as partes dão indicações de que estão numa conversa de surdos e ninguém ouve o outro”, **Luís de Brito**

“Embora a liberdade de expressão seja crucial, neste caso de facto é fundamental lutar por ela, existem outras questões que estavam dentro do artigo, como as questões económicas, acerca da captura do Estado, ligadas à instabilidade política, ou seja, é importante usar o direito de expressão para discutir as opções de desenvolvimento de Moçambique”, **Nuno Castel-Branco**

“A nossa única inquietação é que há aqui uma questão de as pessoas estarem dentro do exercício do seu direito à liberdade de expressão e estarem a ser julgadas por isso. Daí que consideramos que este julgamento é inconstitucional; ele é incoerente, trivial e ridículo”, **Fernando Gonçalves**

“A nossa Constituição da República dá o direito de participação política dos cidadãos, no seu artigo 73, e esta participação implica necessariamente a emissão de opinião e crítica política. Como é que ao exercer um direito se possa estar a cometer um crime? (...) Não há qualquer reflexão racional que possa acomodar um tal bloqueio à liberdade de expressão, quando coloca como intocáveis todas as pessoas com

funções públicas, de outro modo é um crime contra o Estado”, **Tomás Vieira Mário**

“O relatório sugere a necessidade de reduzir a despesa em salários da Função Pública (moçambicana), ao mesmo tempo que reconhece a necessidade de recrutamento e retenção de mão-de-obra qualificada em áreas prioritárias tais como a Educação e a Saúde. A despesa pública também tem aumentado noutras áreas prioritárias nos últimos anos, tais como infra-estruturas e assistência social; no entanto, ela não tem conhecido o mesmo aumento em certas áreas cruciais como a agricultura (por problemas de execução) e água e saneamento”, **Bando Mundial**

“Um dia depois de Augusto Jone, que, enquanto ministro da Educação, tinha a Universidade Politécnica sob sua alçada, ter sido empossado, o Centro de Integridade Pública (CIP) denunciou, através do seu boletim “A Transparência”, aquela situação de gravosa e flagrante violação da Lei de Probidade Pública, situação que, pelo seu óbvio interesse público, foi disseminada por diversos meios de comunicação social do país. Passados pouco mais de três meses depois que tal atropelo foi exposto e massivamente ecoado pelos media, tudo indica que o antigo governante continua “sereno e tranquilo” naquelas funções”, **Ericino de Salema**

“A própria Universidade Politécnica ainda não se dignou a esclarecer à sociedade sobre aquela situação, o que até contraria aquilo que lhe tem sido habitual em termos de comunicação pública. Aachamos nós que esta instituição

de ensino superior tem a obrigação de fazê-lo, o que pode passar pela disponibilização daquilo que é a sua interpretação da norma da Lei de Probidade Pública a que fizemos referência acima. Mas será muito difícil, senão impossível, a Universidade Politécnica fazê-lo de forma convincente, uma vez estar-se em face de uma norma de sentido claro, de sentido por demais coincidente com o seu âmbito literal”, **idem**

“Se Augusto Jone preferir continuar na situação de desconformidade legal em que se encontra e a Universidade Politécnica a fazer de contas que nada de anormal ocorreu com a contratação daquele, achamos nós que a Procuradoria Geral da República (PGR) deve cuidar de accionar os relevantes mecanismos para que aquela situação, até prova em contrário de manifesta improbidade, seja compatibilizada com a lei. Da Comissão Central de Ética, que parece ter um dos seus integrantes associado à Universidade Politécnica, confessamos nada esperar”, **ibidem**

“Cá entre nós: o encontro entre Nyusi e Dhlakama só não será “mais um encontro” para aliviar os ânimos e reformular as estratégias desgastantes de se jogar com o tempo, se cada um deles se afirmar como líder. É isso que afigurará o encontro como sendo de alto nível (neste modelo) e que fará com que as decisões e/ou ideias consensualizadas sejam, em tempo útil, operacionalizadas nos níveis hierarquicamente inferiores. É uma oportunidade para contrair que, nos países pobres, leva-se muito tempo para se tomar uma decisão, mais tempo ainda para cumpri-la não havendo, por

isso, responsabilizações de espécie alguma”, **Luís Guevane**

“Qualquer pessoa de bom senso teria percebido que fazer uma fraude eleitoral de grande dimensão, em Outubro de 2014, poderia acarretar o risco de uma nova guerra. Infelizmente, no partido que controlava o Governo da época parece que não havia pessoas de bom senso. Apenas se vislumbravam “clarividentes” e “visionários”. E o resultado é este que temos agora. Os tais achavam que se, no passado, Dhlakama tinha engolido os sapos todos, agora iria engolir mais um. Só que observadores mais atentos deviam ter percebido que, desta vez, a coisa parecia diferente. A gota tinha feito transbordar o copo e, agora, já era impossível voltar as coisas para trás”, **Machado da Graça**

“Só que a Renamo já não está aí. Tácticas que, levadas a sério, poderiam ter tido sucesso no passado, hoje já não têm credibilidade. Embora eu acredite que Dhlakama é um homem que quer a Paz, a intransigência total do Governo do partido Frelimo está a atirá-lo para os braços dos radicais da Renamo. E os resultados só podem ser péssimos para todos nós. Estas propostas de encontro Nyusi/Dhlakama com agenda vaga não vão resolver nada. A Frelimo e o seu Governo têm de se convencer de que é preciso fazerem cedências reais e significativas à Renamo para poderem manter a Paz no país. Mais truques, cambalhotas e flic-flacs já não adiam os acontecimentos. Não sei se Filipe Nyusi tem poder real para responder a este tipo de situação. Se não tiver, esperam-nos tempos tenebrosos...”, **idem**

Desporto

Liga Portuguesa: FC Porto derrota Estoril e Benfica sofre para vencer Moreirense

O Benfica sofreu para levar de vencido o Moreirense e regressar aos triunfos na I Liga Portuguesa de futebol, depois de ter estado em desvantagem durante grande parte da partida, no sábado (29). No mesmo dia, o FC Porto isolou-se provisoriamente na liderança ao vencer em casa o Estoril-Praia em encontro da terceira jornada da prova.

Texto: Agências

O Moreirense adiantou-se no marcador, à passagem da meia hora, por intermédio do estreante Rafael Martins, que aproveitou as facilidades concedidas por uma linha defensiva que é agora uma ‘sombra’ do ‘relógio suíço’ das últimas temporadas.

Insatisfeito com a prestação da equipa, Rui Vitória lançou Talisca e Gonçalo Guedes ao intervalo, para os lugares de Pizzi e Victor Andrade, mas as alterações não surtiram o efeito desejado, já que os ‘encarnados’ continuavam pouco incisivos nos últimos 30 metros.

Ainda assim, a partir da meia hora de jogo, o Benfica começou a criar oportunidades flagrantes para chegar à igualdade, duas das quais soberanas:

primeiro foi Jonas a desperdiçar um golo que parecia feito e, depois, seria Stefanovic a defender para a barra um cabeceamento de Mitroglou.

Com o espectro da derrota a aproximar-se a passos largos, Rui Vitória arriscou tudo e colocou em campo Raul Jiménez, naquele que seria um ‘golpe de génio’ do técnico, uma vez que, um minuto depois de entrar em campo, o avançado mexicano correspondeu da melhor forma a um cruzamento de Gaitán - já como defesa esquerdo, face à saída de Eliseu - e fez o empate.

Ainda os espectadores estavam a festejar efusivamente o tento do internacional ‘asteca’ e já Samaris operava a reviravolta no marcador, apontando o

primeiro golo ao serviço dos ‘encarnados’, com uma ‘bomba’ de fora da área.

Começava aqui um final de jogo frenético, já que o recém-entrado Ramón Cardozo fez jus ao nome de goleador e empatou as contas da partida, aos 84 minutos, mas em posição irregular. Só que, dois minutos depois, Jonas devolveu a vantagem aos bicampeões nacionais, que já não deixaram fugir os três pontos.

“Dragões” lideram provisoriamente

Apático, sem pressionar e sem encontrar forma de “romper” as linhas do Estoril, o FC Porto fez uma

primeira parte quase sem ideias, tendo-se valido da inspiração de Brahimi para desfazer o nulo. O argelino serviu Aboubakar de bandeja para o 1 a 0, aos seis minutos, mas o FC Porto não voltou a rematar à baliza na primeira parte.

Lopetegui, irritado com o que via, trocou o improdutivo Varela por André André, aos 40’, embora nomes como Imbula e Tello também tenham estado muito abaixo das expectativas. O Estoril, que somou 22 ataques e 43% de posse de bola no Dragão (bem acima da média), esteve algumas vezes perto do empate, mas as esperanças da equipa de Fabiano Soares ruíram aos 62 minu-

tos: Maicon, na marcação de um livre directo a 25 metros do alvo, enganou Kieszek e fez um grande golo, quase dois anos após o seu último tento pelo FC Porto. A vantagem deu tranquilidade ao FC Porto, que, ainda assim, não subiu propriamente de rendimento.

Só nos “descontos” os dragões voltaram a atirar à baliza, duas vezes pelo recém-entrado Dani Osvaldo, a quem Lopetegui deu 25 minutos para mostrar serviço. O FC Porto cumpriu os “serviços mínimos” e assegura que não perderá terreno para os rivais antes da pausa para os jogos das selecções.

Pergunta à Tina

SMS
email

90 441

averdademz@gmail.com

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA DE SABER SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Manifestantes na Guatemala exigem renúncia do Presidente por corrupção

Texto: Agências

Dezenas de milhares de guatemaltecos tomaram as ruas do país centro-americano na quinta-feira (27) para exigirem a renúncia do Presidente do país, Otto Pérez Molina, acusado de corrupção, mas ele recusa-se a deixar o cargo, apesar do clamor da população, da Igreja, do empresariado e de algumas instituições do Estado.

Com o slogan "A Guatemala não tem Presidente", manifestações de grande vulto percorreram a capital e vários Estados do país, enquanto numerosas empresas, da rede de restaurantes McDonald's à Cervejaria Centro-americana, fecharam as portas para apoiar o dia de paralisação contra o mandatário.

"Fui fazer pressão para que renuncie, porque acho que está a ganhar tempo. Não é possível que faça vista grossa e ignore que o povo já não o quer", disse Felipe Flores, publicitário de 25 anos, depois de participar na concentração que abarrotou o centro da cidade da Guatemala com cânticos e bandeiras.

Mas não há sinal de que Pérez Molina vá sair antes dos comícios de 6 de Setembro, e ele negou categoricamente ser o chefe da poderosa máfia aduaneira conhecida como "La Linea", como indicaram a Promotoria e a Comissão Internacional Contra a Impunidade na Guatemala (CICIG).



A Liberdade de Expressão e de Imprensa começa hoje a ser julgada em Moçambique

A Liberdade de Expressão e de Imprensa em Moçambique estará no banco dos réus quando iniciar nesta segunda-feira (31) o julgamento movido pelo Estado moçambicano contra o cidadão Carlos Nuno Castel-Branco e os editores dos jornais MediaFAX, Fernando Mbanze, e Canal de Moçambique, Fernando Veloso. Se o primeiro acto do juiz não for arquivar este caso estará aberto um grave precedente para que a voz dos cidadãos moçambicanos passe a ser silenciada.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Eliseu Patife/Savana

"Senhor Presidente, você está fora de controlo. Depois de ter gasto um mandato inteiro a inventar insul-

tos para quem quer que seja que tenha ideias sobre os problemas nacionais, em vez de criar oportu-

nidades para beneficiar da experiência e conhecimentos dessas pessoas, ago-

continua Pag. 06 →

Cidadão chinês morto a tiro em Nampula sendo a terceira vítima da mesma nacionalidade este ano

Um cidadão de nacionalidade chinesa, cujo nome não apurámos, perdeu a vida na tarde da passada quinta-feira (27) vítima de baleamento por indivíduos ainda por identificar, no posto administrativo de Mutivaze, no distrito de Rapale, província de Nampula.

Texto: Redacção/Leonardo Gasolina

Para além de matar o cidadão a que nos referimos, por motivos também desconhecidos, os supostos malfeitores apoderaram-se de três milhões de meticais destinados ao pagamento de salários dos funcionários da empresa em que o finado era gestor.

Na sua operação maliciosa, os bandidos feriram a tiro um outro indivíduo que conduzia o carro no qual a cidadã morta se fazia transportar. Antes de se apoderarem do dinheiro, os presumíveis criminosos ameaçaram também os outros chineses e fugiram em direcção a Ribáuê.

Em declarações à imprensa, Sérgio Mourinho, porta-voz do Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM) em Nampula, disse que o malogrado morreu a caminho do Hospital Central de Nampula. Na altura da tragédia, ele e os companheiros da cidade de Nampula, iam levantar o dinheiro roubado. O

crime foi perpetrado por volta das 16h30.

Os presumíveis gatunos, que se faziam transportar numa viatura com os vidros fumados, com uma matrícula não identificada, bloquearam o veículo das vítimas e descarregaram balas, tendo morto pelo menos uma pessoa, contou Sérgio Mourinho.

O agente da Lei e Ordem apelou, mais uma vez, aos cidadãos para que peçam a protecção da Polícia quando pretendem movimentar elevadas somas de dinheiro. Não há nenhum custo para o efeito porque é papel das autoridades a garantia da segurança de pessoas e bens no país.

Dois chineses mortos em Março e Maio de 2015

A 22 de Março último (domingo) um cidadão de nacionalidade chinesa, identificado pelo nome de Wan, de 45 anos de idade, que estava afecto a uma companhia de cultivo e

processamento de arroz no distrito do Búzi, província de Sofala, foi assassinado no seu local de trabalho, por supostos bandidos a monte, os quais se apoderaram de duas armas do tipo AKM da Polícia, uma viatura, 300 mil meticais, 500 dólares norte-americanos e dois telemóveis.

O crime aconteceu por volta das 13h00 na empresa Lianhe Africa Agriculture Development Co Limitada, sita na zona de Cherimónio, na localidade de Inharongue. Trata-se de uma firma instalada em 2013 e que iniciou as actividades em 2014.

O acto foi cometido por um grupo de 10 elementos, os quais, chegados àquelas firma, se aproveitaram da distração de dois agentes da PRM que garantiam a segurança do local. Consta que os polícias abandonaram as suas armas na guarita onde permaneciam enquanto vigiavam as instalações e fo-

ram almoçar.

O pessoal que se encontrava na empresa, inclusive a vítima alvejada mortalmente quando tentava oferecer resistência, foi encurralado. As duas armas, ora em poder da gangue, pertencem ao Comando Distrital da PRM no Búzi.

Volvidos dois meses, concretamente em Maio, mais um cidadão de nacionalidade chinesa foi morto e outros dois ficaram gravemente feridos na localidade de Déia, distrito de Chinde, província da Zambézia. A situação aconteceu na madrugada de quarta-feira, quando cinco homens munidos de armas de fogo do tipo AKM se introduziram num acampamento da companhia de mineração Africa Great Wall Mining e dispararam indiscriminadamente contra os trabalhadores, tendo como objectivo assaltar a empresa. A vítima mortal, esfaqueada e baleada dentro do quarto onde dormia, era responsável pela área logística da empresa.

Diga-nos quem é o XICONHOCA

Envie-nos um SMS para 90440

E-Mail para averdademz@gmail.com

ou escreva no Mural do Povo

→ continuação Pag. 05 - A Liberdade de Expressão e de Imprensa começa hoje a ser julgada em Moçambique

ra você acusou os media de serem culpados da crise política...”, assim iniciava o post que Carlos Nuno Castel-Branco publicou na sua página da rede social Facebook, a 4 de Novembro de 2013, criticando a governação do então Presidente Armando Emílio Guebuza.

“Quem insultou, e continua a insultar, os cidadãos que apontam problemas e soluções porque querem uma vida melhor para todos (mesmo podendo estar errados, honestamente lutam por uma vida melhor para todos)? Quem acusa os pobres de serem preguiçosos e de não quererem deixar de ser pobres? Quem no principio e fim dos discursos fala do maravilhoso povo, mas enche o meio com insultos e desprezo por esse mesmo povo? Quem escolheu o caminho da guerra e a está a alimentar, mesmo contra a vontade do povo maravilhoso?”, continuava o extenso post de Castel-Branco para os seus amigos do Facebook e que acabou por ser publicado pelos jornais MediaFAX, Canal de Moçambique e também pelo @Verdade.

No seguimento da repercussão que a opinião deste cidadão moçambicano, que é um economista de renome nacional e internacional, a Procuradoria-Geral da República, em representação do Estado moçambicano e não do cidadão Armando Emílio Guebuza, instaurou o processo que agora vai a julgamento onde acusa Carlos Nuno Castel-Branco da prática do crime de injúria contra o antigo Presidente da República e os editores de

abuso da liberdade de imprensa.

Em Maio de 2014, após uma audição no Tribunal Judicial do Distrito Um, Castel-Branco afirmou não estar arrependido de ter partilhado a sua opinião, crítica ao Presidente e à sua Governação, com os seus amigos na rede social. “Como vou estar arrependido se o post foi feito com a intenção de provocar debate sobre coisas que eu considero serem sérias no país, tenho o direito de fazer essas considerações e continuo a considerar essas questões sérias”, afirmou.

Fernando Mbanze, editor do MediaFAX, também afirmou não estar arrependido de ter publicado o post pois era de interesse público e a ideia era ampliar um debate perdido na rede social Facebook. “Abrimos espaço para debatermos as opiniões. Não vimos nenhuma situação de abuso da liberdade de imprensa. E esperamos que seja feita a justiça”, afirmou Mbanze ao jornal Savana.

“O foco da luta deve ser o direito garantido na Constituição”

Entretanto, vários juristas moçambicanos manifestaram publicamente a sua opinião de que este julgamento enferma de inconstitucionalidade.

“A nossa Constituição da República dá o direito de participação política dos cidadãos, no seu artigo 73, e esta participação implica neces-

sariamente a emissão de opinião e crítica política”, afirmou Tomás Vieira Mário, jornalista e jurista que ainda questionou: “Como é que ao exercer um direito se pode estar a cometer um crime?”.

Numa carta de opinião, divulgada em Julho deste ano, Castel-Branco enfatizou que embora ele e os editores dos jornais acusados não tenham vontade de ir para a prisão o que está a ser julgado são as liberdades que a Lei Mãe consagra em Moçambique. “Sermos ilibados deve ser um dos principais resultados em termos pessoais e em termos de justiça. Mas a luta deve ser pelas questões que estão em jogo e pelas quais lutamos diariamente. Logo, o foco da luta deve ser o direito, garantido na Constituição, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, à liberdade de investigação científica, à liberdade de debate político, em suma, o direito de exercício da cidadania de cada um.”

Quando Moçambique continua a ser um dos países mais corruptos do mundo, quando se conhecem cada vez mais os contornos criminosos do negócio da EMATUM, quando se vê funcionários públicos a continuarem a enriquecer ilicitamente, quando milhares de moçambicanos continuam detidos ilegalmente nas prisões sem direito a um julgamento é paradoxal que a prioridade da Procuradoria-Geral da República seja o julgamento de um cidadão que expressou a sua opinião sobre um servidor do público como é o Presidente da República.

todos os dias
FACTO
A verdade em cada palavra.www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade
twitter.com/verdademzBBM Pin: 2ACBB9D9
SMS: 90440
(válido nas redes 82 e 84 ao custo de 2 Mt)

Tribunal do Egito sentencia três jornalistas da Al Jazeera à prisão

Texto: Agências

Um tribunal egípcio condenou três jornalistas de TV Al Jazeera a três anos de prisão no sábado (29) por trabalharem sem licença de imprensa e por divulgação de material nocivo ao Egito, um caso que provocou um protesto internacional.

A decisão num novo julgamento foi tomada contra Mohamed Fahmy, um canadiano naturalizado que declinou a sua cidadania egípcia, Mohamed Baher, um egípcio, e Peter Greste, um australiano que foi deportado em Fevereiro.

Defensores de direitos dizem que a prisão faz parte de uma repressão à liberdade de expressão desde que o Exército derrubou o Presidente Mohamed Mursi, importante representante da Irmandade Muçulmana, em Julho de 2013.

O juiz Hassan Farid disse que os réus “não são jornalistas e não são membros

do sindicato de imprensa” e fazem transmissões com equipamento sem licença. Baher recebeu uma pena adicional de seis meses na prisão.

A agência de notícias estatal MENA informou que o tempo extra foi proferido porque ele estava na posse de uma bala no momento da sua prisão. Os três homens foram originalmente condenados a entre sete e 10 anos de prisão por acusações que incluem disseminar mentiras para ajudar uma organização terrorista, e uma referência à Irmandade Muçulmana, que os militares derrubaram do poder há dois anos.

Os três réus negaram todas as acusações, chamando-as de absurdas. Três outros egípcios, todos estudantes, também foram sentenciados a três anos pelas mesmas acusações.

Quase 40 mulheres morrem em estrada da Suazilândia antes de cerimónia real

Texto: Agências

Pelo menos 38 mulheres morreram num acidente numa estrada no Reino da Suazilândia quando estavam a caminho da cerimónia anual na qual o rei poderia escolher uma delas para ser a sua esposa, disse um grupo de defesa de direitos humanos, no sábado (29).

Camiões a transportar as jovens para a tradicional dança de Umhlanga Reed sofreram o acidente na sexta-feira, perto da cidade de Matsapha, na principal rodovia da Suazilândia, segundo o Times of Swaziland. A sala de emergência do hospital local ficou lotada de feridos e mulheres mortas, de acordo com o mesmo jornal.

“Segundo fontes internas, um total de 38 garotas estão mortas, com mais de 20

em estado crítico”, disse Lucky Lukhele, porta-voz da Rede de Solidariedade da Suazilândia, um grupo de defesa dos direitos humanos com base na vizinha África do Sul. Ele espera que o número de mortos aumente.

O Swazi Observer disse que as garotas foram cuspidas dos camiões e atropeladas. O jornal informou que três camiões envolveram-se no acidente.

A dança de Umhlanga Reed envolve jovens mulheres da Suazilândia dançando semi-nuas para chamar a atenção do rei Mswati III, o último monarca de África. O festival, que celebra a feminilidade e a virgindade, estava previsto para começar no sábado. Milhares de mulheres de todo o país vão à casa real no período.

TRANSPORTAMOS A SUA AREIA PARA ONDE PRECISAR EM MAPUTO E NA MATOLA

**Ligue já 843998638 ou 868723017**

Mãe atira filho ao poço de água e suicida-se em Inhambane

Texto: Redacção

Uma mãe de 38 anos de idade atirou o seu próprio filho a um poço e de seguida suicidou-se, no passado fim-de-semana, no distrito Inharrime, província de Inhambane.

São ainda desconhecidas as causas que levaram a senhora a tomar aquela decisão mas prosseguem investigações no sentido de se apurarem as reais causas do crime, segundo o chefe das Relações Públicas no Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), Jumã Aly Dauto.

Admite-se, no entanto, que o infanticídio tenha sido originado por problemas passionais; daí o apelo no sentido de se encaminhar as preocupações à família alargada ou ao gabinete de atendimento à família e crianças vítimas de violência, disse Dauto à Rádio Moçambique.

Refira-se que foi também em Inhambane onde, a 08 de Junho último, um pai e o filho morreram ao introduzirem-se num poço de aproximadamente 28 metros de profundidade para recuperarem um cabrito, na região de Nhabhaucou, distrito de Massingao, quando o animal se precipitou e caiu no referido poço.



Desporto

“O problema do atletismo moçambicano é o dirigismo, que está deficiente”, diz Mutola

Depois da retirada da Maria de Lurdes Mutola, carinhosamente tratada por “menina de ouro”, que fez com que o mundo conhecesse um país que tem o nome de República de Moçambique, o atletismo moçambicano, diga-se em abono da verdade, está longe dos tempos de glória. Mutola declarou que o problema da modalidade em Moçambique é o dirigismo, que está deficiente.

Texto: Redacção • Foto: Getty Image

No passado, os atletas moçambicanos participavam em grandes competições internacionais por mérito próprio, ou seja, conseguiam as marcas

mínimas para tomarem parte nos certames; todavia, no presente dependem da boa vontade dos organizadores das provas, visto que entram na

condição de convidados.

Lurdes Mutola, ex-atleta e Doutora Honoris Causa pela Universidade- continua Pag. 08 →

Paulo Machava foi a enterrar, Polícia sem pistas dos assassinos e a culpa que não morra solteira...

Foram a enterrar, na terça-feira (01), os restos mortais do jornalista moçambicano, Paulo Machava, baleado mortalmente no início da manhã de sexta-feira (28) passada, na Avenida Agostinho Neto, em circunstâncias ainda não claras. A Polícia diz que continua sem pistas dos protagonistas deste crime, como também há 14 anos que não sabe quem tirou a vida a António Siba-Siba Macuácuca, e há seis meses que as razões e os autores do assassinato do constitucionalista Gilles Cistac prevalecem um mistério.

Texto: Redacção/Intasse Siteo

Sobre o assassinato do jornalista, de 61 anos de idade, o que a Polícia da República de Moçambique (PRM) sabe é que o malogrado foi alvejado com duas armas de fogo, sendo uma pistola e outra AK47. As investigações estão em curso mas se houver “pistas (dos criminosos) não serão tornadas públicas” porque são da alçada das autoridades. “Acreditamos que em devido momento o caso será esclarecido, leve o tempo que levar”, afirmou Orlando Mudumane, porta-voz da corporação policial, na segunda-feira (31), à Imprensa.

No mesmo diapasão, Jeremias Cumbe, director das Actividades Operativas no Comando-Geral da PRM, disse, esta terça-feira (01), aos órgãos de Comunicação Social, que a medicina legal já fez a autópsia à vítima e aguarda-se pelo relatório. “Sabe-se que uma investigação leva algum tempo (...)”.

Nos anais deste tipo de crimes em Moçambique, são muito poucos os casos em que a PRM tenha vindo a público explicar, com evidências, o seu móbil e exibir os mentores. Entretanto, tem sido continua Pag. 08 →

Governo cria equipa para encontrar medidas que ponham fim à caça de albinos em Moçambique

O Executivo moçambicano criou na terça-feira (01) um grupo multisectorial de trabalho com vista a encontrar medidas de protecção às pessoas com albinismo, que de há algum tempo a esta parte têm sido alvo de perseguição para fins ainda não apurados. A equipa será liderada pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Texto: Redacção

a O recrudescimento da caça a pessoas com uma anomalia orgânica caracterizada por ausência ou grande falta de pigmento na pele, nos olhos, nos pêlos e no cabelo tende a ser notório na província de Nampula, onde pelo menos duas pessoas morreram.

A medida, que visa pôr cobro ao problema, foi anunciada no fim da 30ª Sessão do Conselho de Ministros. Mouzinho Saíde, porta-voz do encontro, disse que, infelizmente, em Moçambique, “nos últimos, tempos tem-se registado um aumento de casos de rapto, ofensas corporais, homicídios e desaparecimento de pessoas com albinismo, impondo-se o delineamento de medidas visando conter e proteger

as pessoas que são vítimas destes actos”.

De acordo com o Saíde, no país existem leis que criminalizam o tráfico de seres humanos, em particular o mal a que os albinos têm sido sujeitos.

Em Nampula, a Task Force, um organismo criado para o combate ao tráfico de pessoas, criticou há dias a aparente inacção das autoridades no tratamento deste mal e considerou que o Governo não estava a levar a sério o problema, para além de este não cumprir cabalmente a sua tarefa de criar meios para fazer face à situação, que só pode ser estancada se houver vontade por parte dos dirigentes e colaboração do povo.



A verdade em cada palavra.



→ continuação Pag. 07 - "O problema do atletismo moçambicano é o dirigismo, que está deficiente", diz Mutola

de Eduardo Mondlane, que antes de se iniciar no atletismo aventurou-se no futebol, sente-se frustrada porque tinha o desejo de ajudar no desenvolvimento do atletismo no país que a viu crescer, mas a entidade que superintendia a modalidade não se manifestava disposta a colaborar. Mutola disse que, mesmo longe, tem acompanhado o atletismo moçambicano e confessou que o que está a acontecer no presente é deveras triste.

"Tenho acompanhado o atletismo moçambicano, mas é triste o que acontece actualmente. Em Moçambique, a modalidade baixou de qualidade e o Parque dos Continuadores está como toda a gente sabe, ou seja, já não existe, ficou apenas o espaço. Os atletas são obrigados a percorrer longas distâncias para se dirigirem ao Estádio Nacional de Zimpeto, o que não se afigura fácil. Espero que seja apenas uma fase, um momento difícil que estamos a atravessar, esperando que tudo se resolva e voltemos a ter muitos atletas, uma vez que já os tivemos nas grandes provas internacionais".

Quando questionada sobre se o actual estágio do atletismo moçambicano se deve apenas à falta de recintos, a Doutora Honoris Causa foi parca em palavras. "Não é exactamente falta de espaços, pois mesmo fora da cidade, nos



bairros, podemos encontrar espaços e jovens para abraçar o atletismo. Podemos aproveitar muito bem estes subúrbios novos, uma vez que a cidade já se encontra bastante lotada. Eu acho que o grande problema é a falta de motivação originada pelo deficiente dirigismo na própria modalidade. É importante termos bons dirigentes e que tenham ambições para ver a modalidade crescer".

"Acabei por desanimar e vendi a casa"

Maria de Lurdes Mutola tentou dar o seu contributo em prol do desenvolvimento do atletismo moçambicano; porém, acabou por perder o ânimo por

falta de seriedade dos gestores da modalidade no país, que no passado não lhe deram espaço de manobra e decidiu vender a casa que serviria de centro de estágio aos atletas nacionais na África do Sul.

"Tentei ter espaço no passado, mas acabei por desanimar. Este ano acabei por vender a casa que serviria de centro de alto rendimento aos atletas moçambicanos na África do Sul porque estava a treinar a Caster Semenya e, durante aquele período, tive muito apoio da Federação Sul-africana de Atletismo para poder trabalhar também com os atletas do meu país, mas não foi possível. No presente estou mais virada para a minha fundação, que é o meu

trabalho, e passo mais tempo na África do Sul do que em Moçambique".

"Não podia fazer tudo sozinha"

Todas as iniciativas, sejam elas individuais ou colectivas, necessitam de apoio moral e material para seguirem em frente, mas Lurdes Mutola não teve o apoio do Governo muito menos da agremiação que geria a modalidade em Moçambique para levar o seu projecto a bom porto e, por isso, o propósito acabou por fracassar.

"Não tive nenhum apoio porque, na verdade, não podia fazer tudo sozinha. Tratava-se de um projecto muito grande que implicava termos muitos treinadores. Mesmo eu, para o sucesso da minha carreira, precisei do apoio de muita gente. Tive alguém que sempre me dizia "nunca basta". Ganhei campeonatos mundiais, ganhei a medalha de prata nos Jogos Olímpicos, mas o meu treinador continuava a exigir mais de mim e consegui ocupar a primeira posição. Então, é muito importante haver sempre alguém que faça o devido acompanhamento".

"Lurdes Mutola é o símbolo do atletismo moçambicano"

Por seu turno, o presidente da Federação Moçambicana de Atletismo, Ahmad Shafee Sidat, declarou que a sua agremiação esteve sempre com as portas abertas para Maria de Lurdes Mutola, visto que a Doutora Honoris Causa pela Universidade Eduardo Mondlane é o símbolo do atletismo moçambicano

"Desde que esse elenco tomou posse está com as portas abertas para a Maria de Lurdes Mutola. Acompanhei a entrevista que a Mutola concedeu à Rádio Moçambique. Ela não estava a referir-se ao presente, mas sim ao passado, uma vez que a actual direcção da Federação Moçambicana de Atletismo esteve sempre em contacto com a "menina de ouro". Ao lado da Lurdes não sou nada, sinto-me pequeno; por isso, jamais fecharia as portas ao símbolo da modalidade no país", disse Sidat.

Recorde-se que em 1991 Lurdes Mutola, beneficiando de uma bolsa, rumou para os Estados Unidos de América, onde treinou, estudou e concluiu o ensino liceal. No seu vasto currículo, conquistou duas medalhas olímpicas, uma de ouro e outra de bronze, sem mencionar as inúmeras medalhas que ganhou nos "Mundiais" de pista aberta e coberta que fizeram dela a melhor atleta moçambicana de todos os tempos.

→ continuação Pag. 07 - Paulo Machava foi a enterrar, Polícia sem pistas dos assassinos e a culpa que não morra solteira...

apanágio deter-se suspeitos cujo envolvimento nos crimes de que são acusados não convence nem os leigos. Foi assim que aconteceu com dois indivíduos que respondem pelos nomes de Lúcio Manuel Chembene e Arsénio Eduardo Nhaposse, de 40 e 34 anos de idade, encarcerados nos calabouços da Cadeia de Máxima Segurança, vulgo BO. Nenhum deles é de raça branca, o que contraria as declarações da Polícia.

Uma juíza de direito de nome Judite António Correia, da Secção de Instrução Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo, chancelou, a 10 de Abril último, a prisão dos dois cidadãos mesmo reconhecendo que não existem factos para a legalização da sua detenção, o que levanta a possibilidade de se estar a privar a liberdade de gente que não tem nada a ver com a morte de Cistac, na manhã 03 de Março deste ano, quando saía de um café na cidade de Maputo.

Em relação a Siba-Siba Macuácu, um economista e presidente interino do Conselho de Administração do então Banco Austral (actual Barclays), ele foi atirado pelo vão das escadas da sede do banco onde trabalhava, numa altura em que estava a investigar a maior fraude bancária da história de Moçambique, que incluía dívidas mal-

paradas cujos credores eram altas figuras ligadas à Frelimo. Volvidos 14 anos, o Estado não tuge nem muge. Nenhuma explicação é dada à família da vítima no que diz respeito à investigação e responsabilização dos assassinos.

A lista dos crimes ainda por esclarecer e que tendem a ficar para a história é extensa, e vai desde o assassinato de Vicente Ramaya, a Paulo Estevão Daniel, comumente tratado por "Dangerman" a Inlamo Ahamada Ali Mussa.

Vicente Ramaya, que cumpria pena em liberdade condicional pelo seu envolvimento na morte do jornalista moçambicano Carlos Cardoso, foi baleado mortalmente por indivíduos desconhecidos, na tarde duma sexta-feira (21) na zona da Polana Cimento, em Maputo.

"Dangerman", crivado de balas na cabeça, também morreu numa sexta-feira (24), no bairro da Polana Caniço, na capital moçambicana. Inlamo Mussa também foi morto à bala, entre sexta-feira e sábado, num crime descrito como "queima de arquivo". Ele queixava-se de marginalização, pese embora ainda pertencesse aos quadros operativos dos Serviços de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Acidentes de viação voltaram a matar 35 pessoas em Moçambique e aumentou o número de feridos

A última semana de Agosto recém-terminado foi sangrenta e não fugiu à regra do que tem acontecido todos os meses. Trinta e cinco pessoas morreram devido a acidentes de viação, o mesmo número de óbitos registado entre 15 e 21 do mesmo mês alusão. Os feridos graves passaram de 20 para 39, e os ligeiros de 28 para 65, entre os dois períodos em comparação. O que baixou foi o número de sinistros rodoviários, tendo passado de 37 para 34, mas as vítimas mortais mantiveram-se.



Refira-se que na semana finda dissemos que a sinistralidade rodoviária continuava sem freios, pois o número de mortos tinha passado de 26, entre 08 e 14 de Agosto último, para 35 entre 15 e 21 do mesmo mês. Contudo, os feridos graves tinham baixado de 41 para 20 e os ligeiros de 40 para 28. Os sinistros rodoviários registaram igualmente um decréscimo, nessa altura, de 44 para 37; todavia, mais gente tinha falecido.

Sem avançar números, o Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM) disse aos órgãos de Comunicação Social que, entre 24 e 30 de Agosto, a saga mortífera protagonizada

por condutores indisciplinados, que se fazem ao volante sem estarem devidamente habilitados e sob o efeito do álcool, prevaleceu.

"Estes sinistros rodoviários resultam da irresponsabilidade de alguns automobilistas que não implementam as regras de trânsito", pelo contrário, "colocam em prática a sua indisciplina. Lamentavelmente, este fenómeno concorre para o excesso de velocidade, para as manobras e ultrapassagens irregulares", disse Jeremias Cumbe, director das Actividades Operativas no Comando-Geral da PRM.

Cumbe assegura que as autoridades

policiais estão a intensificar acções no sentido de inverterem o drama que se vive nas estradas moçambicana, o que semeia dor e luto nas famílias, devido à condução irresponsável.

Foi nesse contexto que a Polícia de Trânsito (PT) fiscalizou 33.000 viaturas, das quais apreendeu 70 por diversas irregularidades e 383 cartas de condução alegadamente porque os titulares conduziam embriagados. Na semana anterior a que nos referimos foram fiscalizadas 33.564 viaturas, das quais 200 apreendidas por diversas irregularidades e passados 5.587 avisos de multa aos infractores.

Particularmente em Inhambane, no último fim-de-semana, quatro acidentes de viação causaram a morte de duas pessoas e 14 feridos, entre graves e ligeiros. Os sinistros provocados por excesso de velocidade e má travessia de peões ocorreram nos distritos de Massinga, Zavala, Mabote e Vilankulo, declarou o chefe das Relações Públicas no Comando Provincial da Polícia da República de Moçambique (PRM), Jumá Aly Dauto, à Rádio Moçambique.

Sociedade

Texto: Redacção/Intasse Siteo

Pai tenta vender filho albino em Gaza

Texto: Redacção

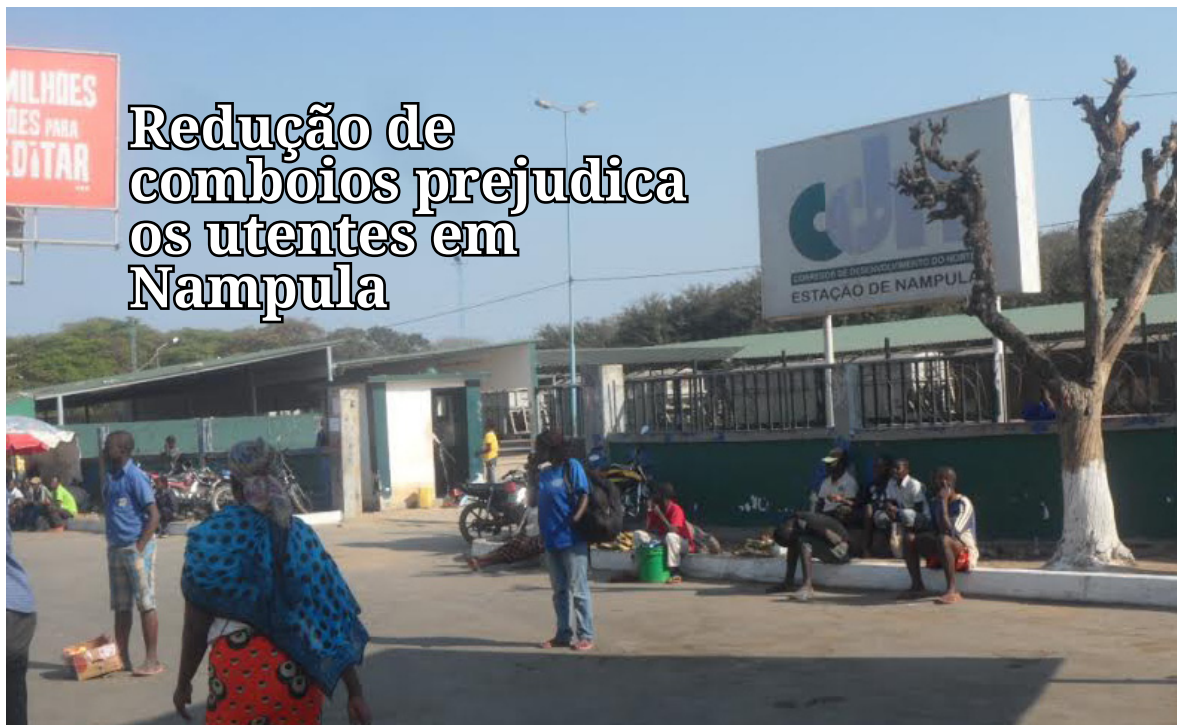
Um cidadão encontra-se a contas com a Polícia da República de Moçambique (PRM) na província de Gaza, acusado de tentar vender o próprio filho de 10 anos de idade, com albinismo, e simulou o desaparecimento do mesmo. O processo-crime contra o visado, cujo nome não foi revelado, está a seguir os trâmites legais para que ele possa responder em juízo.

Consta que o progenitor fez desaparecer a criança e manteve-a num esconderijo à espera de compradores, com os quais ele já tinha estabelecido contactos para o efeito.

Dias depois, ao aperceber-se de que os clientes nunca mais manifestavam interesse, o indiciado dirigiu-se ao Posto Policial da Praia de Bilene, em Gaza, para alertar à Polícia sobre um hipotético desaparecimento do filho.

Jeremias Langa, porta-voz da PRM em Gaza, disse à Rádio Moçambique que uma investigação culminou com a localização do menor, que revelou ter sido o próprio pai a levá-lo ao referido esconderijo.

Refira-se que o Executivo moçambicano anunciou na terça-feira (01), no fim da 30ª Sessão do Conselho de Ministros, a criação de um grupo multisectorial de trabalho, liderado pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, com vista a encontrar medidas de protecção a pessoas com uma anomalia orgânica caracterizada por ausência ou grande falta de pigmento na pele nos olhos, nos pêlos e no cabelo, um problema que tende a ser notório na província de Nampula, onde dos oito casos já registados este ano pelo menos duas pessoas morreram.



Redução de comboios prejudica os utentes em Nampula

A circulação de comboios de Nampula a Cuamba, num troço de 314 quilómetros de linha férrea, o principal meio de transporte para a população local, está a ser feita de forma condicionada, alegadamente devido às obras de reabilitação em curso. Este facto tem sido uma autêntica dor de cabeça para os seus utentes. Os concessionários da linha têm anunciado constantes paralisações na circulação, alterações de horários, redução de número de comboios, entre outras situações anómalas.

Texto: Júlio Paulino • Foto: Hélder Cuamba

No passado dia 10 de Agosto, os utentes foram colhidos de surpresa com a fixação de um comunicado na entrada da Estação do Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN) em Nampula, dando conta da introdução de um novo horário e da redução do número de comboios de

Nampula a Cuamba, e vice-versa.

O comboio tem sido o principal meio de transporte usado pelos utentes, quer na circulação de pessoas, assim como no transporte de produtos alimentares para a comercialização, dos distritos do inte-

rior, nomeadamente Ribáuè e Ma-
lema, tidos como celeiros daquela
parcela do país, e que fornecem os
principais mercados grossistas da
capital provincial.

continua Pag. 10 →

Nyusi é simples, acessível, humilde, “ainda não insultou ninguém” e “é uma pessoa normal”, diz o professor Castel-Branco

O professor Carlos Nuno Castel-Branco, uma das vozes mais críticas à governação de Armando Guebuza - que lhe valeu o julgamento em curso por alegada injúria ao antigo Chefe de Estado -, avalia positivamente os primeiros sete meses do Presidente Filipe Jacinto Nyusi, que considera mais simples, mais acessível, humilde, com um discurso político melhor e “ainda não insultou ninguém”.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo



plos ter jogado futebol, sem grande aparato, na abertura dos Jogos Escolares na cidade de Pemba, e também o pedido de desculpas que o novo inquilino da Ponta Vermelha apresentou aos passageiros de um voo comercial que teve a partida atrasada para transportar o Presidente.

“No sentido do trato, no sentido da facilidade de contacto, na acessibilidade, na simplicidade da pessoa, na humildade da pessoa a mudança é tão grande que às vezes parece que é difícil ouvir falar de outras coisas. Agora isso não são os problemas do país”, afirmou o professor.

Relativamente aos problemas de Moçambique Carlos Nuno Castel-Branco reconhece que levam tempo a ser resolvidos pois são “grandes, profundos e estruturais”, herdados dos governos anteriores, mas o Presidente Nyusi

continua Pag. 10 →

“O discurso político melhorou substancialmente, o novo Presidente da República (Filipe Nyusi) tem estado a afirmar várias vezes que é o Presidente de todos os moçambicanos e ainda não insultou ninguém”, declarou o académico no término da primeira sessão do seu julgamento por ter escrito, entre outras críticas, que Armando Guebuza estava fora de controlo.

Castel-Branco acrescentou que Nyusi “tem estado a demonstrar que é uma pessoa normal”, citando como exem-

Incêndio em edifício de Paris faz oito mortos

Pelo menos oito pessoas morreram, entre elas duas crianças, num incêndio de um edifício residencial do popular bairro de Goutte d'Or, na capital da França, segundo informações fornecidas pelas autoridades, que consideram a possibilidade de um acto criminoso.

Texto: Agência EFE

O ministro do Interior, Bernard Cazeneuve, que esteve esta manhã no local ao lado da edil de Paris, Anne Hidalgo, afirmou aos meios de comunicação que também havia quatro feridos “em gravidade relativa”.

Cazeneuve, que mencionou “uma intervenção difícil” dos mais de 100 bombeiros que trabalharam para extinguir as chamas, declarou que “é cedo demais para determinar as causas deste drama”.

Porém, minutos depois, o seu porta-voz, Pierre-Henry Brandet, assinalou que está a ser investigada uma hipótese intencional, sobretudo porque os bombeiros tinham extinguido na mesma noite um incêndio na escadaria do edifício, duas horas antes da deflagração do segundo.

Brandet explicou que foi feita uma primeira chamada de emergência às 2h23 (mesma hora de Moçam-

bique) e que a intervenção dos bombeiros terminou rapidamente. Cerca de duas horas mais tarde, os bombeiros tiveram de comparecer no mesmo endereço porque receberam um aviso de um incêndio novamente na escadaria, que se tinha propagado aos andares superiores. Alguns morreram por causa do fumo e outros porque se lançaram pelas janelas para escaparem das chamas.

Por seu turno, Hidalgo ressaltou que o edifício não era considerado insalubre e que também não é um local de casas sociais.

O Presidente francês, François Hollande, manifestou a sua “solidariedade” às vítimas da tragédia e aos seus familiares em comunicado, prestou homenagem à acção dos bombeiros e afirmou que se está a fazer o possível para esclarecer “a origem deste drama e obter todas as informações sobre o que ocorreu”.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA



Envie-nos um
SMS para
90440

E-Mail para
averdademz@gmail.com

ou escreva no
Mural do Povo

A verdade em cada palavra.

→ continuação Pag. 09 - Redução de comboios prejudica os utentes em Nampula

Com a entrada em vigor do novo horário e redução do número de comboios, agudiza-se a crise de transporte de Nampula a Cuamba, derivada da grande demanda de indivíduos que procuram aquele meio circulante, para além de agravar os preços de produtos agrícolas, uma vez que alguns comerciantes já começam a optar por viajar de carro cujos preços são altíssimos, quando comparado com os dos comboios.

Com efeitos imediatos desde 18 de Agosto último, os comboios passam a circular em número de dois ascendentes e igual número descendentes por semana, sendo que partem de Nampula nas terças-feiras e sábados a Cuamba e regressam às quartas-feiras e domingos, com o horário de partida às quatro horas da manhã e com a previsão de chegada a cada um dos pontos às 13 horas.

Anteriormente, as locomotivas circulavam diariamente com cruzamentos ao longo da linha, e só interrompiam às segundas-feiras para dar lugar a sua manutenção. O horário de partida era às 06h00 com previsão de chegada às 17h00.

De acordo com o CDN, empresa gestora da linha férrea, a medida tem em vista dar lugar à celeridade das obras em curso de reabilitação e construção deste empreendimento, no âmbito do projecto de transporte de carvão de Moatize, na província de Tete, para o terminal na vila sede do distrito de Nacala-a-Velha, em Nampula.

A empresa justifica-se afirmando, igualmente, que a decisão derivou, por outro lado, do facto de os horários que eram praticados anteriormente tinham como consequência que os comboios circulassem com poucos passageiros, criando prejuízos avultados à firma no que tange ao combustível, e outras despesas correntes. Além disso, no referido período, as locomotivas faziam um percurso de cerca de 15 horas de viagem, e com o novo horário a circulação será feita em apenas 10 horas, facto que vai reduzir a fadiga dos seus utentes.

Durante os dias, na bilheteira instalada na estação do CDN na cidade de Nampula tem sido notória a existência de longas filas de pessoas, de ambos os sexos, à procura de bilhete para viajar para a Cuamba. Grande parte dos utentes é constituída por comerciantes que fornecem diversos produtos agrícolas ao principal mercado de Nampula.

Presenciamos igualmente que na hora de partida, assim como na de chegada, mais de uma centena de passageiros tem-se feito à estação, observando-se um movimento desusado de pessoas.

Alguns passageiros afirmam que o novo horário estabelecido pela empresa vai ditar uma crise sem precedentes de transporte.

Com a reabilitação da estrada Nampula/Cuamba, o tráfego de viaturas aumentou de forma significativa, o que poderá aliviar os utentes que viam os comboios como principal meio. Mas há uma grande desvantagem

no que diz respeito aos preços praticados.

De comboio, saindo de Nampula a Cuamba, o custo é de 170 meticais por passageiro e, no mesmo troço, os *chapas* cobram 400 meticais. Quanto aos produtos alimentares, quer no comboio, quer nos semiolectivos, os preços variam em função do volume da carga, sendo estes últimos mais caros.

Zito Magalhães é um dos passageiros que mais recorrem aos comboios. Ele tem usado aquele meio para o transporte de produtos agrícolas de Malema para comercializá-los na cidade de Nampula, sendo esta actividade a sua principal fonte de renda.

Magalhães é um dos grandes fornecedores de tomate, cebola, cenoura e repolho aos revendedores do mercado grossista da Waresta, na cidade de Nampula.

Ele afirma que transportar os seus produtos de Malema a Nampula de carro não constitui a melhor opção para o seu negócio, devido facto de os preços cobrados pela carga serem altíssimos, em relação aos dos comboios. “Dois comboios por semana não são suficientes para satisfazer a demanda dos utentes deste meio devido à grande procura, sobretudo para nós que somos comerciantes. Assim sendo, somos obrigados a recorrer aos *chapas*. Devido a esta situação, vemo-nos forçados a agravar o preço dos produtos junto aos revendedores”, disse.

Mário Samuel, outro utente de comboio, disse

que a redução do número de locomotivas semanais vai fazer com que muitos passageiros fiquem dias sem conseguirem adquirir um bilhete, devido à grande procura. “Haverá muita corrupção para ter acesso a um bilhete de comboio, mas eles decidiram, e não temos como reivindicar, vamos ter que nos conformarmos com esta realidade”, afirmou.

Já Manuela Santos, comerciante, disse que tem circulado regularmente de comboio de Nampula a Mutuali, no distrito de Malema, e aproveita os apeadeiros e outras estações para adquirir grandes quantidades de hortícolas. “A zona em redor da estação é perigosa, com assaltos frequentes, pelo que o horário das 04h00 não é conveniente, pelo que a frequência de dois comboios por semana vai reduzir o volume de negócios”, comentou.

Incumprimento de prazos está na origem do problema

Em 2010, o consórcio Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), formado pela Vale Moçambique e a empresa Portos e Caminhos-de-Ferro de Moçambique, assinou com o Governo contratos de concessão ferroviário e portuário que preconizavam a construção da linha e remais ligando Moatize a Nampula. A conclusão deste projecto estava prevista para o ano de 2014, mas até a data o problema não foi resolvido.

A situação em causa coloca a população numa situação de incerteza no que tange à circulação normal de comboios.

→ continuação Pag. 09 - Nyusi é simples, acessível, humilde, “ainda não insultou ninguém” e “é uma pessoa normal”, diz o professor Castel-Branco

já reconhece a existência deles e assume o desejo de os resolver.

“Nós estamos muito preocupados com a questão da guerra, que não está a ter progresso, pelo menos visível que nós saibamos. O próprio Presidente já falou da questão da dívida pública, e já falou com preocupação, isso é um

sinal positivo, já não há uma negação do assunto. Já não há negação nem insulto da pessoa que fala, pelo contrário o Presidente já reconheceu haver um problema e que tem de ser resolvido” afirmou o economista que aponta que “umas das dificuldades que ele (Filipe Nyusi) vai ter neste período é começar a implementar o seu programa de governação”.

Universidade Pedagógica instala biblioteca móvel para quatro escolas primárias em Maputo

Texto: Intasse Sitoe

As escolas primárias e completas da Unidade 18, da Maxaquene, de Magoanine e do Jardim, na capital moçambicana, contam desde quarta-feira (02) com uma biblioteca móvel denominada “Movhateca”, que vai funcionar das 08h00 às 15h00, com vista a estimular o gosto pela leitura, pela escrita e pelo cálculo, que ainda são deficitários neste nível de ensino em Moçambique, segundo a Universidade Pedagógica (UP), mentora da iniciativa que será alargada a outros estabelecimentos de ensino.

A medida visa igualmente formar mais leitores hábeis, facilitar e estimular o gosto e acesso a livros por parte dos alunos para que obtenham informação que promova uma recreação saudável e ocupação nos tempos livre, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

Numa primeira fase, a biblioteca móvel irá circular apenas entre as quatro escolas primárias acima mencionadas e servirá só crianças, adolescentes e jovens daqueles estabelecimentos.

Segundo Aissa Issak, directora da Direcção dos Serviços de Documentação e Informação na UP, a biblioteca em alusão estará disponível de segunda-feira a quinta-feira nas escolas referidas, no período compreendido entre 08h00 e 15h00, com livros de diferentes temáticas, tais como iniciação às ciências, meio ambiente, regras de trânsito, estórias infantis, entre outras, sendo que a selecção das obras foi feita com base nas disciplinas do ensino primário.

Com o lançamento da “livraria”, a nossa inter-

locutora acredita que é possível os alunos gostarem de ler, melhorarem a escrita e o cálculo. Porém, ela reconheceu que o ensino é deficitário e de má qualidade em Moçambique, tendo assegurado que uma das razões é a falta de material didáctico.

“Sabemos que o livro escolar do ensino primário é de distribuição gratuita, mas ele não chega a todos. Esperamos que com o nosso material informativo contribuamos para se minimizar esta problemática da falta de leitura, escrita, até de domínio de outras habilidades”, concluiu Issak.

Por seu turno, Jorge Ferrão, ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, indicou que no país existem 18.400 escolas primárias, das quais somente 56% leccionem até a 5ª classe e os restantes de 6ª a 7ª classes. Lamentavelmente, há alguns alunos que não sabem ler e escrever, de um total de sete milhões de estudantes inscritos no Sistema Nacional de Educação (SNE).

Martinho Namburete, director da Escola Primária Completa Unidade 18, local onde foi lançado o projecto, louvou a iniciativa da UP e parceiros, tendo anotado que a falta de acesso ao livro é um dos problemas enfrentados diariamente naquele estabelecimento de ensino e ainda há muito que se fazer para melhorar a leitura.

A escola que o referido dirigente administra conta com 2.706 alunos assistidos por 67 docentes. Namburete apelou aos petizes para que se empenhem na leitura e escrita para que possam desenvolver as suas habilidades mentais.

Se dialogando a gente não se entende, quem sabe Deus ouça as preces das mulheres e derrame a paz sobre Moçambique?

Numa altura em que o adágio popular segundo o qual “dialogando a gente entende-se” parece já não ter efeito, de tal sorte que o Governo e a Renamo interromperam o diálogo político depois de o líder deste partido ter deliberado suspender os encontros, supostamente de forma unilateral, um movimento designado Mães, Esposas e Filhas pela Reconciliação Nacional e Paz Plena juntou-se na quarta-feira (02), na Praça da Paz em Maputo, e orou pela paz efectiva em Moçambique, bem como apelou ao entendimento e ao bom senso entre os moçambicanos, reiterando que o diálogo deve continuar a ser a única via para se ultrapassar as diferenças.

Texto: Redacção

“Não permitimos que, em nosso nome, coisifiquem a vida dos nossos filhos e os tornem números anónimos de mortes, baixas, feridos e traumatizados (...)”, declarou a pastora Helena Mussane, integrante daquele movimento e salientou que cada pessoa que morre por motivos políticos e falta de paz deixa uma mãe despedaçada, um cônjuge sem companheiro, uma criança sem os pais e sem futuro.

Pese embora o diálogo entre o Governo e a Renamo não surta os efeitos desejados para o estabelecimento de uma paz efectiva no país há dois anos, Helena Mussane manifestou a sua vontade de ver as partes a alcançarem um entendimento que garanta uma vida harmoniosa e coesa entre os moçambicanos, tendo afirmado que o Executivo e o antigo movimento beligerante devem cultivar o espírito da verdade, da honestidade, da franqueza e da humildade para que haja sossego nas famílias.

Se, por uma lado, Joana Chilengue, presidente das “Mães Anglicanas”, entende que Deus concedeu a paz aos moçambicanos mas estes hoje voltam-se uns contra os outros. Ela questionou: “Que desentendimento é este que nunca acaba?”.

Por outro, Helena Mussane lembrou ao país que, devido à guerra resultante da falta de entendimento entre as partes, centenas de estabelecimentos de ensino foram devastadas, mi-

lhares de crianças não têm uma educação de qualidade e outras milhares de pessoas perderam a vida por falta de assistência médica pois os hospitais foram também arruinados.

Refira-se que Afonso Dhlakama anunciou num comício popular que vai treinar soldados e instalar um quartel-general no distrito de Morrumbala, na Zambézia para poder governar à força e vai tomar vários serviços públicos nas cinco províncias onde o partido teve um maior número de votos nas eleições gerais realizadas em Outubro último, nomeadamente Zambézia, Sofala, Niassa, Manica e Tete.

Enquanto isso, supostos homens armados da Renamo amordaçaram e fizeram refém o chefe da localidade de Tsenane, no distrito de Funhalouro, província de Inhambane. A vítima foi interceptada por volta das 15h00 de terça-feira (01), por seis homens armados, quando regressava de um encontro com a população do povoado de Matlale, segundo a Rádio Moçambique.

“Os homens armados da Renamo arrastaram-me para uma mata, onde ataram os pés e braços e de seguida submeteram-me a um interrogatório”, contou a vítima àquela emissora, tendo anotado também que permaneceu cerca de 10 horas amordaçado e sob forte vigia dos guerrilheiros.

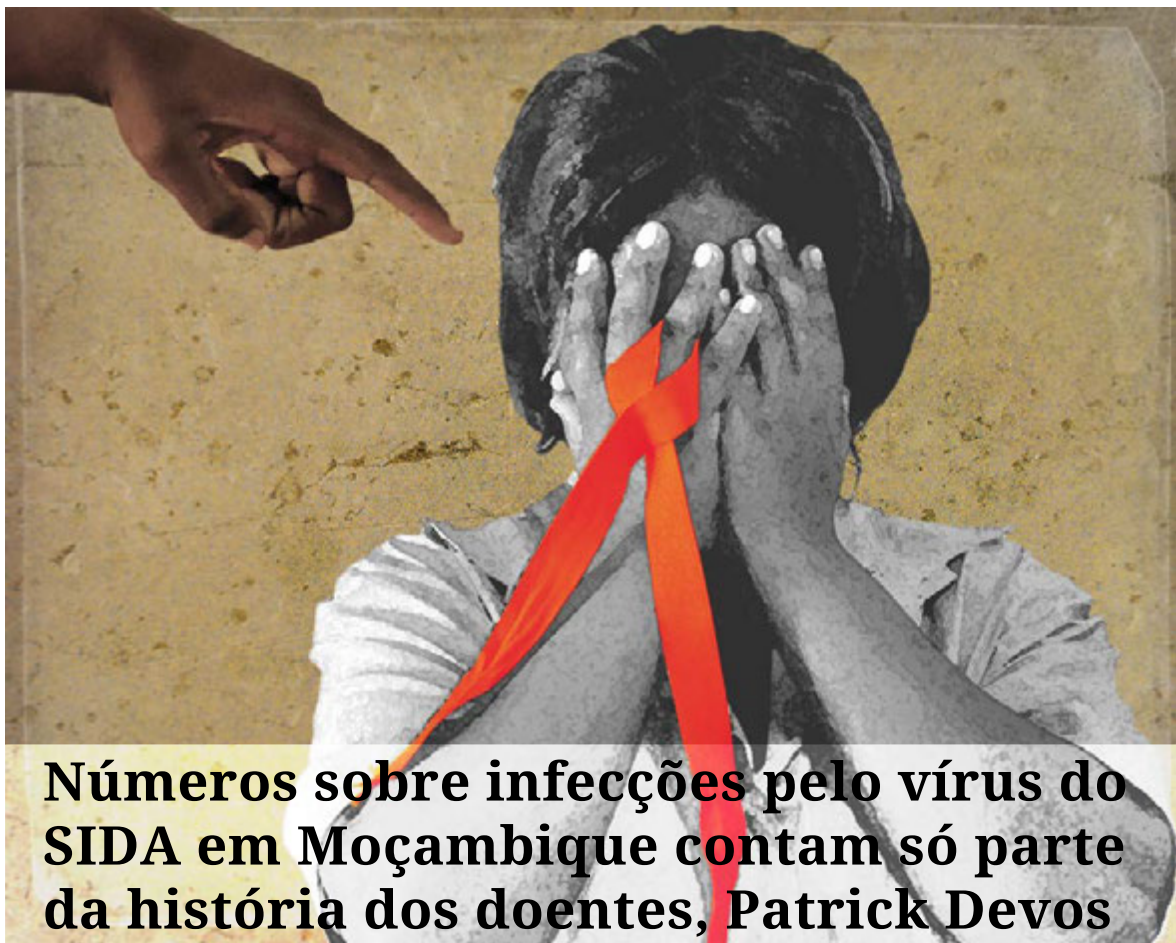
Jovem morre carbonizado em Maputo

Um jovem de 30 anos de idade, cujo nome não apurámos, morreu carbonizado numa casa no bairro da Costa do Sol, na capital moçambicana, em consequência de ter deixado uma vela acesa, a qual se supõe que terá sido a causa do incêndio.

Texto: Redacção

A vítima vivia numa residência arrendada e erguida com base em material precário. Consta que após regressar do trabalho, à noite, o malogrado deixou uma vela acesa e dirigiu-se para uma casa próxima, de uma amiga, para pedir refeições. Já no local, o finado lembrou-se de que não tinha apagado a vela e retornou ao seu domicílio, de onde não saiu mais com vida.

A habitação ficou reduzida a cinzas e as chamas atingiram uma outra casa próxima, na qual os donos não aproveitaram quase nada, mas foram a tempo de salvar os filhos que se encontravam no interior. Uma testemunha contou que a vítima sofria de epilepsia e tinha crises constantes.



Números sobre infecções pelo vírus do SIDA em Moçambique contam só parte da história dos doentes, Patrick Devos

As políticas públicas moçambicanas de prevenção, controlo e tratamento do VIH/SIDA ainda enfrentam dificuldades para se atingir certos grupos populacionais cuja contaminação pela doença necessita também de um cuidado especial. As entidades que lutam contra a chamada “pandemia do século” e os financiadores dão, agora, mais atenção às populações-chave, das quais fazem parte os grupos vulneráveis, nomeadamente as mulheres trabalhadoras de sexo, os homens que fazem sexo entre eles, os reclusos, os usuários de droga por via de injeção, entre outros, em prejuízo de grupos designados “população-geral”.

Texto: Emildo Sambo • Foto: Arquivo

continua Pag. 12 →

Quartel-general do partido Renamo, onde vai formar a sua polícia e exército, já funciona em Morrumbala



O partido Renamo anunciou o início do funcionamento, nesta terça-feira (02), de um quartel no distrito de Morrumbala, na província da Zambézia, onde pretende formar a sua polícia e mais guerrilheiros para o seu exército que irá defender, em caso de necessidade, a soberania das cinco províncias onde pretende governar. Esta posição de força acontece nas vésperas da passagem do primeiro ano, no próximo sábado (05), da assinatura do acordo de Cessação das Hostilidades Militares pelo então Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, e o presidente do maior partido da oposição, Afonso Dhlakama.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: mural Ivone Soares

O acto simbólico, que culminou com abraços e apertos de mãos de Guebuza e Dhlakama, acabou por não trazer a paz ansiada pelos moçambicanos. Se, por um lado os confrontos militares, que duraram mais de um ano e meio, termina-

ram o outro grande objectivo do acordo não chegou a ser materializado, não se iniciou até hoje o processo de desmilitarização, imobilização e reintegração das forças residuais do partido Renamo, seja na vida civil em

continua Pag. 12 →

CIP defende julgamento de casos de “grande corrupção” há anos engavetados

O julgamento dos 13 funcionários do antigo Ministério da Educação (MINED), acusados e pronunciados pela 7ª Secção do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo por desvio de 30 milhões de meticaís, um rombo descoberto em 2012, deve ser usado como um impulso para que vários casos semelhantes que “vegetam” nas instituições da Justiça sejam tramitados e tenham desfecho, segundo defende o Centro de Integridade Pública (CIP), que recorda que depois de impor uma mão dura julgando os casos de “grande corrupção”, entre 2009-2010”, o aparelho judiciário moçambicano entrou novamente em letargia.

Texto: Redacção

Na altura foram levados a julgamento e condenados vários agentes acusados de prática de diverso, tipos de crimes de corrupção ao mais alto nível na administração pública e empresas públicas, algo que posteriormente não foi levado avante, mesmo tendo em conta que vários casos deste tipo foram denunciados e remetidos às instâncias competentes para o devido tratamento jurídico-criminal. “Há que recordar os julgamentos do “Caso Aeroportos de Moçambique – 2009, do Caso Centro de Processamento de Dados (CPD) – 2010, e do Caso Manhenje – 2010”, de acordo com o CIP.

“Contudo, posteriormente esta postura que vinha sendo assumida pelo judiciário (GCC, principalmente, e os tribunais) no sentido de investigar e levar a julgamento este tipo de casos esmoreceu, isto é, foi sendo posta de lado e vários casos suspeitos foram denunciados pela Imprensa, mas que não tiveram nenhum seguimento e nenhuma informação a respeito dos mesmos foi tornada pública”, defende a instituição que luta pela boa governação, transparência e integridade.

Num outro desenvolvimento, o organismo refere que se exceptua,

continua Pag. 20 →

Diga-nos quem é o XICONHOCA

Envie-nos um SMS para **90440**
E-Mail para averdademz@gmail.com
ou escreva no **Mural do Povo**

→ continuação Pag. 11 - Números sobre infecções pelo vírus do SIDA em Moçambique contam só parte da história dos doentes, Patrick Devos

Patrick Devos, da Johns Hopkins em Moçambique, classificou de preocupantes as discussões que têm sido travadas em torno da problemática da epidemia da SIDA, relativamente às camadas sociais que devem ter prioridade na prevenção e no tratamento.

“Preocupam-me as discussões sobre a população-chave e população-geral”, disse Devos para depois acrescentar que a sua opinião é de que a assistência deve incidir sobre todos sob o risco de a “exclusão” levar a resultados não animadores no futuro, na medida em que nas pessoas que não são abrangidas pelas iniciativas de combate à doença, devido, em parte, à “escassez de recursos financeiros”, pode haver gente mais contaminadas. Um dia, “podemos ter vergonha” de algumas coisas que têm sido feitas no presente, afirmou.

O “ativista” foi mais longe ao afirmar que os debates sobre as contaminações diárias pelo vírus do SIDA em Moçambique – estima-se que haja 120 mil novos infecções acontecem por ano – não reflectem qual é a o número da população-geral e população-chave infectadas, nem as trabalhadoras de sexo e dos homens que praticam o sexo entre eles e tão-pouco dos reclusos, por exemplo. Ele defende também a produção de estudos qualitativos.

Aliás, as estatísticas que têm sido avançadas em torno da situação de seroprevalência no país, baseados no Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o VIH/SIDA (INSIDA 2009) e no Índice Demográfico de Saúde (IDS 2011), estão ultrapassadas. “Não percebo porque é que anualmente não temos dados sobre o progresso da prevalência da epidemia em Moçambique. Continuamos a usar os dados do INSI-DA 2009 e do IDS 2011, enquanto os outros países actualizam essas estatísticas constantemente.

“Os números sobre as infecções contam apenas uma parte da história” dos seropositivos e do problema em si, mas não revelam o que realmente se passa na vida desses doentes, de acordo com Devos, para quem aumentaram, sem dúvidas, as pessoas que beneficiam do Tratamento Antiretroviral (TARV) e “é bonito ouvir isso”, mas “há uma parte da história que é não contada: o aumento de casos de doentes que abandonam” a terapia por várias razões, o que, se não for levado em consideração, pode deitar por terra os ganhos até aqui atingidos.

Até 2013, a taxa de cobertura do Tratamento Anti-retroviral (TARV), segundo dados de 2012, era de 52 por cento para adultos e 22 por cento para crianças. No entanto, existem variações significativas entre as províncias, sendo que as da região norte do país têm baixo índice e as do sul as taxas mais elevadas. As autoridades da Saúde pretendem, até 2015, atingir uma meta de 80 por cento de cobertura do TARV, algo difícil, segundo o Gabinete Parlamentar de Prevenção e Combate ao VIH/SIDA da Assembleia da República (AR), citando um informe do Ministério da Saúde (MISAU).

Ainda sobre o TARV, Moçambique introduziu, em Junho de 2013, uma nova terapia, em que o doente passa a tomar um único comprimido por dia, ao invés de, pelo menos, três como vinha acontecendo. O fármaco é designado Tenofovir, e na altura 22.184 pacientes já tinham acesso a este novo medicamento contra 132.591 que estavam previstos até ao fim daquele ano.

De acordo com o MISAU, no país há mais de 294 unidades sanitárias nas quais o TARV está em curso. Nas mesmas unidades sanitárias faz-se a circuncisão masculina como forma de prevenir o contágio nos homens.

Como painellista e após falar da “situação do VIH na África Subsaariana e intervenções prioritárias para a prevenção, cuidados e tratamento” para esta enfermidade “à luz das recomendações internacionais da OMS/ONUSIDA”, Érica Fazito, da ONUSIDA, um organismo de dimensão mundial cuja missão é orientar, reforçar e apoiar os esforços visando inverter a evolução da doença, corroborou as ideias de Patrick Devos e frisou que o debate em torno das “populações-chave e geral” não é correcta, pois “não se faz saúde pública sem uma política de saúde inclusiva”.

Tanto Érica como Alicia Carbonel (outra painellista, afecta à OMS), explicaram que as acções de combate a “pandemia do século” enfrentam a falta de financiamento devido à crise mundial. As instituições que injectavam dinheiro reduziram significativamente as verbas destinadas a estas iniciativas; por isso, foram estabelecidas algumas prioridades. É, por isso, também, que as pesquisas sobre a SIDA não são anualmente actualizadas, porque para tal é preciso muitos fundos. Os países que o fazem têm suporte financeiro para o efeito.

Segundo Érica, para além da “dependência em relação aos doadores, da diminuição do financiamento às organizações da sociedade civil, nem sempre os recursos alocados” são aplicados “em lugares e grupos onde terão mais impacto” e quem desembolsa o dinheiro dita regras, por vezes, por falta de clareza em relação às áreas de aplicação por parte dos países que recebem.

Estas e outras discussões feitas no “Ciclo de Palestras em VIH/SIDA”, promovido pelo Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCs), cujo primeiro dia foi terça-feira (01), devendo acontecer quinzenalmente até Novembro próximo em diferentes zonas do país, deixaram transparecer que à volta da problemática desta

doença ainda há questões que ainda precisam de ser debatidas com maior profundidade.

Políticos devem investir mais no combate à SIDA

As palestrantes defenderam que é preciso expandir o acesso ao TARV e outras formas de prevenção e tratamento do vírus em alusão, pois proceder desta forma é investir no futuro, mas “é necessário convencer os políticos a investirem mais” nesta causa e uma das formas de conseguir isso é aumentar a abrangência dos serviços. As testagem de VIH/SIDA não podem ser apenas uma atitude de gente que não desconfia do seu estado de saúde, mas, sim, um rotina de todos para um melhor controlo da epidemia.

Na perspectiva de Alicia e Érica, para além da discriminação dos infectados pelo vírus da SIDA em Moçambique, “as disparidades no acesso aos serviços de saúde” ainda são uma realidade e a redução do risco de transmissão sexual é obstaculizado pelo “baixo nível de conhecimento abrangente sobre a prevenção entre os jovens”. Estes, pese embora saibam “identificar as formas corretas de se prevenir, a maioria deles ainda não possui conhecimento suficiente sobre como se prevenir”.

No que tange às mulheres, em particular de pouca idade, que segundo as estatísticas são as mais contaminadas em relação aos homens, o conselho das painellistas é de que elas atrasem o início da actividade sexual. A taxa de infecção na África Subsariana é “em média de 5 a 7 anos antes dos homens da mesma idade. Entre os adultos do sexo masculino, verificou-se um aumento” dado o facto de terem tido “múltiplos parceiros nos últimos 12 meses” em que os dados apresentados foram colhidos.

“É extremamente urgente oferecer as ferramentas” tais como TARV, Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) do VIH da mãe para o filho e o preservativo “para impedir a propagação da doença à população, mas não é suficiente”, “temos de criar um ambiente favorável” para que os beneficiários usem tais meios sem as barreiras, sobretudo eliminar o “estigma e a discriminação”. potenciar a “educação e as questões de género e desenvolvimento humanos, a circuncisão voluntária masculina, as testagens e o aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva”.

As infecções podem aumentar até 2020

O INSIDA 2009 indica que 11.5% dos moçambicanos adultos de 15-49 anos estão infectados com o VIH. Há mais mulheres nesta situação comparativamente com os homens.

Apesar de todo o optimismo que se tem em torno do combate do vírus da SIDA, dados contidos na Agenda 2025 dão conta de que comparando a situação de seroprevalência de Moçambique com a experiência de alguns países da região, admite-se que, até aquele ano, haverá entre 15 e 20% de infecções.

Prevê-se ainda que estas contaminações, com consequências no desenvolvimento da sociedade, uma vez que afectam os adultos, maioritariamente o grupo etário mais activo e produtivo, terão um efeito nos recursos humanos dos serviços governamentais, especialmente aqueles cuja força de trabalho é móvel e de risco.

Incluem-se aqui trabalhadores de construção civil, de estradas, condutores de camiões de mercadoria, mineiros, forças policiais, militares e paramilitares, e quadros de nível superior especializados que, por razões de serviço, têm de viajar por todo o país ou para fora dele.

→ continuação Pag. 11 - Quartel-general do partido Renamo, onde vai formar a sua polícia e exército, já funciona em Morrumbala

actividades económicas e sociais, seja nas Forças Armadas de Moçambique e na Polícia da República de Moçambique.

Entretanto, Filipe Nyusi substituiu Guebuza na Presidência de Moçambique, após as eleições gerais de Outubro de 2014, que o partido Renamo nunca reconheceu, devido às várias irregularidades que aconteceram durante o pleito.

Depois de recuar da proposta de um “governo de gestão”, para ultrapassar a crise eleitoral, o maior partido na oposição em Moçambique avançou com a solução de gerir de forma autónoma as províncias de Sofala, Manica, Tete, Nampula, e Zambézia, onde conquistou a maioria dos votos nas últimas eleições gerais.

A proposta de autarquias provinciais foi chumbada no Parlamento, pelos deputados do partido Frelimo, depois de o Presidente Nyusi se ter reunido duas vezes com Afonso Dhlakama em Fevereiro de 2015, na capital do país.

Também em Maputo o apelidado “diálogo político”, entre o Governo e o

partido Renamo, continua a arrastar-se, foram 114 rondas durante mais de dois anos, e não há forma de haver entendimento sobre os assuntos económicos e a desmilitarização das forças residuais do partido de Afonso Dhlakama. Alguns confrontos militares voltaram a registar-se agora na província de Tete.

Quartel para formar polícia e mais guerrilheiros

Na semana passada, e paralelamente a um novo convite do Chefe de Estado para um encontro a dois, Dhlakama anunciou em comício popular na Zambézia o fim do “diálogo político”, por falta de seriedade do Governo do partido Frelimo, e o início da governação nas cinco províncias onde obteve maior número de votos.

“A decisão de montagem do quartel de Morrumbala não é do presidente Dhlakama mas dos próprios veteranos da luta pela democracia”, enfatizou em conferência de imprensa o porta-voz do principal partido da oposição em Moçambique, António Muchanga, nesta

quarta-feira (03), que não quis revelar quantos guerrilheiros estão no local, se existem armas e que infra-estruturas há; porém, acrescentou que Afonso Dhlakama, que visitou o quartel na tarde de terça-feira, teve de concordar com a decisão “como forma de evitar que houvesse cisão no seio do partido, o que seria muito perigoso para a democracia que pretendemos consolidar, tendo em conta que qualquer combatente poderia tomar a decisão pessoal de pegar em armas sem um comando seguro”.

Segundo o porta-voz, este quartel “(...) é um local onde os combatentes da democracia se vão juntar, vão poder planificar como é que será feita a formação da polícia da Renamo que vai defender o governo da Renamo nas províncias conquistadas (Sofala, Manica, Tete, Nampula, e Zambézia) pela Renamo. Tem que se formar um exército que deverá defender a soberania dessas zonas, se as negociações falharem”.

Questionado sobre quando será retomado o “diálogo político” Muchanga afirmou que “tudo depende do Gover-

no. Se o Governo começar a cumprir com as exigências detalhadas na carta enviada ao Governo no dia 25 (de Agosto) a Renamo está disponível a voltar à mesa de negociações”.

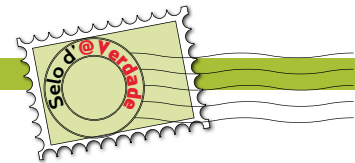
Na missiva, o partido Renamo recusa o convite (re)formulado pelo Presidente de Moçambique, para se encontrar com Dhlakama, pois considera que o Governo não tem cumprido o Acordo de Cessação de Hostilidades Militares por haver extinto unilateralmente a Equipa Militar de Observação da Cessação das Hostilidades Militares e ter atacado as suas forças militares que deveriam ser reintegradas.

O maior partido da oposição acusa também o Executivo de Nyusi de se recusar a reintegrar os seus homens, pois “manifestou e continua com vontade de arrancar as armas da Renamo não interessando o futuro daqueles homens”, pode-se ler ainda na carta que o Governo “usa o aliciamento para que os homens da Renamo abandonem os termos acordados nas negociações e se apresentem no Comando Geral da Polícia e no Estado Maior General das Forças

de Defesa de Moçambique como voluntários da Frelimo, para daí serem recebidos como heróis, onde são consequentemente promovidos e patenteados”.

“Quanto ao segundo ponto da Agenda, avaliação do decurso do diálogo político entre o Governo e o partido Renamo, achamos que o momento é extemporâneo tendo em conta que houve tempo suficiente e não houve boa vontade pela parte do Governo de resolver de boa maneira os assuntos importantes que afectam a democracia e a paz em Moçambique”, refere também a carta enviada em resposta ao convite do Chefe de Estado que cita como exemplo da falta de vontade o facto de já se haver alcançado um entendimento sobre a despartidarização do Estado, uma das questões económicas em negociação, mas o Executivo recusou-se a homologá-la através do Parlamento.

De acordo com o porta-voz do partido Renamo, “(...)Se o Governo continuar com manobras dilatórias cada qual vai ocupar o seu espaço”.



Os centros de inspecção de veículos são um antro de corrupção

O assunto é bastante preocupante e deve ser discutido no sentido de se evitar que um punhado de pessoas continue a encher os bolsos à custa do trabalho do povo e das empresas públicas. Se fosse feita uma auditoria, a pedido do ministro dos Transportes e Comunicações, nos centros de Inspeções Periódicas e Obrigatórias (IPO) de viaturas, diversas ilegalidades seriam detectadas, para além da péssima qualidade de serviços prestados aos utentes.

É altamente preocupante ver constituído efectivamente um monopólio de investimento pri-

vado, onde um cidadão estrangeiro de nome Carvalho, associado a um nacional, faz de algo que deveria servir o público um negócio de amigos.

Não é somente as irregularidades a que se assiste nos centros de inspecção de veículos que devem merecer atenção. O caso de chapas de inscrição idênticas também constitui prova de que a corrupção tende a enraizar-se no nosso país.

Outra situação que me preocupa tem a ver com os dados contidos no livrete do veículo. Já visitei vários centros inspecção pelo

país e o facto que verifiquei é que no acto da inspecção não se procede à verificação do número do motor e da matrícula da viatura, apesar de ser obrigatório conferir e identificar o veículo. Além disso, tem havido erros de emissão nos próprios livres, o que revela as deficiências do Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTER), o que poderiam ser detectados e corrigidos, caso se seguisse todo o procedimento durante a inspecção. Não obstante, os centros emitem certificados.

Por Carlos Sousa

Mundo

Cabo Verde afectado pelo furacão "Fred"

Cabo Verde foi afectado na segunda-feira (31) por um furacão resultante da tempestade tropical "Fred", que se formou nos últimos dias a 400 quilómetros do arquipélago, apurou a PANA de fontes meteorológicas.

Texto: Agências

Segundo o Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, o furacão está localizado mesmo em cima das ilhas cabo-verdianas, onde já está a provocar em algumas delas precipitações, vento forte e uma forte ondulação marítima. A mais recente actualização do Centro Nacional de Furacões (NHC, em sigla inglesa) dos Estados Unidos da América, que tem acompanhado o fenómeno desde o início, dá conta de que o centro do furacão está a 55 km da ilha da Boa Vista e a 100 km da cidade da Praia, na ilha de Santiago.

O centro de furacões norte-americano alerta que as condições se vão deteriorar rapidamente na Boa Vista durante

as próximas horas, onde o vento aumentou de intensidade e sopra agora a uma velocidade máxima de 130 km/h, com rajadas ocasionais mais fortes.

O NHC admite a possibilidade de a força do furacão continuar a aumentar ao longo do dia, à medida que este atravessa as ilhas. O especialista do NHC, John Cangialosi, confirmou que "é muito raro haver furacões nestas ilhas". O último deste tipo de fenómeno atmosférico foi registado na década de 1960.

Entretanto, a Agência Marítima Portuária (AMP) do arquipélago interditou a saída de toda e qualquer embarca-

ção para o mar, uma proibição que se aplica a todos os portos do país. O presidente da AMP, António Cruz Lopes, alertou que a situação atmosférica tem tendência a agravar-se ao longo das próximas horas, pelo que recomendou o reforço de amarras nas embarcações.

Por sua vez, o Serviço Nacional de Protecção Civil tem vindo a aconselhar as pessoas a permanecerem em casa, onde devem reforçar as portas e janelas e, caso as suas habitações não ofereçam garantias de poder resistir à intempérie, que procurem abrigo em locais mais seguros, durante a passagem do furacão.

Áustria detém 200 refugiados e cinco traficantes de pessoas em acção na fronteira

Texto: Agências

As autoridades austriacas descobriram cerca de 200 indivíduos que procuravam asilo e prenderam cinco traficantes de pessoas como parte de uma nova operação nas fronteiras do país, disse um oficial sénior do Ministério do Interior, na segunda-feira (31).

"Nas horas que se seguiram desde que começámos a implementar estas medidas junto à Alemanha, Hungria e Eslováquia descobrimos mais de 200 refugiados e detivemos cinco traficantes", disse Konrad Kogler, diretor-geral de segurança pública do ministério.

A ministra do Interior da Áustria, Johanna Mikl-Leitner, falando no mesmo evento, disse que as verificações que acontecem nas fronteiras austriacas não são parte dos controlos clássicos fronteiriços.

Mulher morta na Serra Leoa teve teste positivo de ébola

O corpo de uma mulher que morreu em Serra Leoa teve teste positivo do vírus do ébola, menos de uma semana depois de a última pessoa que estava contaminada pela doença ter recebido alta do hospital, disseram profissionais da Saúde. A nova morte, se confirmada, é um revés na tentativa de se por fim à epidemia na região que já dura um ano e meio e infectou mais de 28 mil pessoas, matando mais de um terço delas.

Texto: Agências

A mulher, morta no sábado, tinha 67 anos de idade e residia no distrito de Kambia, na fronteira entre Serra Leoa e Guiné. O médico-geral da Serra Leoa, Brima Kargbo, afirmou à Reuters que duas amostras testadas no distrito de Kambia deram um resultado positivo.

No entanto, novos testes estavam a ser feitos em Makeni, a principal cidade da província do norte, e na capital Freetown.

"Estamos particularmente preocupados porque Kambia ficou 50 dias sem um único caso confirmado de ébola, sugerindo a possibilidade de que tivesse acontecido um erro", disse Kargbo. Ele acrescentou que a mulher que morreu trabalhava como comerciante, embora as pessoas que a conheciam afirmassem que ela não havia viajado recentemente. Este é agora o primeiro novo caso de ebola no país desde o dia 8 de Agosto.



goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

A Liberdade de Expressão e de Imprensa em Moçambique estará no banco dos réus quando iniciar nesta segunda-feira (31) o julgamento movido pelo Estado moçambicano contra o cidadão Carlos Nuno Castel-Branco e os editores dos jornais MediaFAX, Fernando Mbanze, e Canal de Moçambique, Fernando Veloso. Se o primeiro acto do juiz não for arquivar este caso estará aberto um grave precedente para que a voz dos cidadãos moçambicanos passe a ser silenciada.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/54719>



Francisco Carlos Chara E por isso que eu apoio renamo e o seu luder dlhakama. · 9 h



El Noise A liberdade de expressão vai ao julgamento de guebuza. · 9 h



Tomas Humbe Cada vez mais em nome de guebuza a frelimo vai perdendo mais adeptos devido desse caso e o lider da renamo vai somar mais pontos. Aki esta a prova porke centro norte e do dlhakama. · 8 h



Adolfo Dos Santos É Este tipo de modelo k escolheram pa governarem este país? Me ajudem perceber isto: é liberdade d xpresso ou liberdade para morte? Mas o vosso reino ta em decadência e ta a chegar ao seu termio, por fim tdos vós serem julgados! Né as vossas sombras vao ter medo d ve-las governo falhado. É assim k desabafo e a mais... · 7 h



Mariolas-goxtozao Muianga O pior k os bons xtao sendo perseguidos por lobos maus.mas dissera o Martin Luther King]o k me preocupa nao é o barulho dos corruptos,politicos... mas sim o que me preocupa é o silencio dos bons. · 4 h



Tarcisio Novela e alguem sabe d kuando sera tbn o julgamento de Guebuza??? · 5 h



Stélio De Angelina Júlio Liberdade d expresao é blema nr um aki em moz · 7 h



Hericky Delfino Lissav Depois dizem que Dlhakama e que quer a Guerra enquanto que eles vao matando o Povo silenciosamente e colocarem o medo nos nossos coracoes · 8 h



Carlos Fernando Charles Força aos nossos futuros heróis visto que estão a sofrer pela causa do povo. · 7 h



Isac Cossa O povo no poder aluta continua · 9 h



Anyzio Abdul Nicuelane Jr. Pra onde iremos assim se não expressarmos as nossas ideias e convicções???? Será mesmo k temos direito a liberdade e expressão???? Por reflectir..... · 9 h



Eddy Marchal Wa Afrika Não as algemas nas nossas opiniões, aqui não é Korea do Norte, se esta justiça partidária cominuar a mover essa porcarias que não tem nada a ver cm justiça se não acção política vamos queimar esta porcarias d Maputo! · 9 h



Daniel Meque Meque Extao desconsuquire a renamo agora e atras do jornalistas · 6 h



Lino Ernesto o que ira acontecer..... · 8 h



Alfiado Ernesto Arnaldo Pais do medo · 7 h



Maria Manuela Lopes Partilhado · 7 h



Mdez Uacela Yah nem ta se mal · 8 h



Manucho Braga O PAÍS ESTA DOENTE · 9 h



Paulo Alberto O pais ta internada no hospital cm dores da paz · 4 h



Helio Munguambe Munguambe E vergonhoso · 7 h



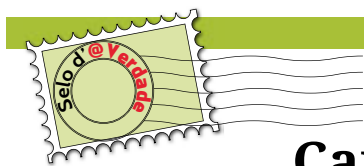
Germano Boavida Cumaio vce, axa, k, Dlakama, fla, bem · 9 h



Vilde Alfredo Matias vcx sempre vam perdendo genty,. eu fico com a oposicao · 2 h



Mudungazi Thokozani M'iholo Palhaçada só! · 8 h



Carta aberta ao ministro do Mar, Águas Interiores e Pesca

Escrevemos para informar a vossa Excia que o Censo da Pesca Artesanal 2012 está a levantar muita indignação e desconforto por parte dos doadores e parceiros do sector das Pescas, particularmente dos funcionários do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE) por motivos referenciados nas petições reivindicativas dos funcionários do IDPPE publicadas no Jornal @Verdade, no dia 30/04/2015. Por esse motivo, a NORAD questiona, mais uma vez, as razões de se estar a esconder a verdade, pese embora a inspecção realizada sob orientação do V.Excia.

Alertamos mais uma vez que há que tomar muita cautela em relação às informações que a equipa de inspecção irá emitir para submeter a V. Excia e, posteriormente, à NORAD, encoberto o sistema de saque aos cofres do Estado.

Pede-se, igualmente, que a equipa de inspecção tenha a coragem de apon-

tar o dedo aos infractores que, ilicitamente, usaram os fundos do Estado, e solicitamos que os mesmos sejam responsabilizados pelos seus actos e não encobertos como tem sido feito. Neste processo, há que realçar que alguns simplesmente foram vítimas de um grupo de funcionários de má-fé.

Senhor ministro, há um ditado que diz “quem avisa, amigo é”; portanto, é necessário que tome uma atitude o mais cedo possível de modo a salvaguardar o vosso prestígio e profissionalismo perante a sociedade.

Estamos diante de um grupo de pessoas que ameaçam a sociedade, uma vez que há indicações que ultimamente os visados nas denúncias estão cada, vez mais, a importunar o trabalho dos técnicos, usando as influências que têm dentro do IDPPE.

Com todo o respeito, permita-nos fazer as seguintes perguntas:

1. Será que o IDPPE é uma instituição do Estado, ou pertence a um grupo de indivíduos do sector das Pescas que ganham dinheiro em nome do Estado?

2. Porque quando se trata de assunto de IDPPE as pessoas não são responsabilizadas pelos seus actos, mesmo com o conhecimento de V.Excia?

3. Quem é o dono de IDPPE no sector das Pescas ou no Governo?

4. V.Excia está à espera que seja morto alguém naquela instituição como tem acontecido com as pessoas que denunciavam casos de corrupção neste país?

5. Até onde vai a impunidade dos gestores dos fundos do Estado no IDPPE?

6. Se V. Excia conseguiu recuperar os carros que estavam nas casas de alguns dirigentes porque não faz o mes-

mo em relação ao IDPPE?

Para o caso dos resultados do Censo da Pesca Artesanal 2012, as instituições do sector e outras organizações parceiras já sabem e estão a dar a V.Excia uma oportunidade para se manifestar. O assunto já vinha sendo comentado em diversos fóruns. As delegações provinciais do IDPPE, ou seja, algumas delegações já tiveram a coragem de comentar sobre o assunto por via oficial, escrevendo cartas à Direcção e ao Departamento de Estatística e Informática.

Acreditamos que as poucas situações que levantámos serão suficientes para ter conhecimento da dimensão ou gravidade da situação que se vive no IDPPE.

À consideração superior.

TRANSPORTAMOS A SUA AREIA PARA ONDE PRECISAR EM MAPUTO E NA MATOLA



Ligue já 843998638 ou 868723017

Por opção editorial, o exercício da liberdade de expressão é total, sem limitações, nesta secção. As escolhas dos leitores podem, por vezes, ter um conteúdo susceptível de ferir o código moral ou ético de algumas pessoas, pelo que o Jornal @Verdade não recomenda a sua leitura a menores ou a pessoas mais sensíveis.

As opiniões, informações, argumentações e linguagem utilizadas pelos participantes nesta secção não reflectem, de algum modo, a linha editorial ou o trabalho jornalístico do @Verdade. Os que se dignarem a colaborar são incentivados a respeitar a honra e o bom nome das pessoas. As injúrias, difamações, o apelo à violência, xenofobia e homofobia não serão tolerados.

Diga-nos quem é o Xiconhoca desta semana. Envie-nos um E-MAIL para averdademz@gmail.com, um SMS para 90440 (válido nas redes 82 e 84 ao custo de 2 Mt), um BBM (pin 2ACBB9D9).

Xiconhoquices

Assassinato de Paulo Machava

Já foram a enterrar, na terça-feira (01), os restos mortais do jornalista moçambicano, Paulo Machava, baleado mortalmente no início da manhã de sexta-feira (28) passada, na Avenida Agostinho Neto, em Maputo, em circunstâncias ainda não claras. O homem morreu de forma prematura e bárbara num acto de cobardia protagonizado por pessoas que não merecem uma outra sorte senão um castigo que lhes faça pôr a mão na consciência e arrependem-se de terem nascido. Foi-se o homem de carne e osso mas ficou a obra, que certamente será lembrada e valorizada por todos. Se realmente “falava muito”, tal como certas pessoas ousaram acusar e ameaçar o finado de morte, há anos, o trabalho que Paulo Machava fez em vida irá, agora, “falar demais” por ele. Será que a morte de Machava é um sinal de que vivemos na sociedade de far west, onde os mais fortes são aqueles que detêm armas de fogo legal ou ilegalmente e os que não possuem armas são alvos frágeis? Qual poderá ser o móbil deste crime e quem pode ser o mandante? Haja vida para todos nós para que possamos um dia obter o esclarecimento deste e outros assassinatos.

Tortura na cadeia de Nacala-Porto

Alguns dos 63 cidadãos privados de liberdade na Cadeia Distrital de Nacala-Porto, na província de Nampula, entre a prisão preventiva e condenados, queixam-se de estarem a ser alvo de torturas perpetradas pelos agentes da Polícia de Investigação Criminal (PIC) como forma de obrigá-los a confessar os crimes de que são acusados, o que eles consideram uma clara violação dos seus direitos. Sim, senhores, isso é contra os princípios da dignidade humana. O que não cabe na mente de um ser humano que goza plenamente de bom senso é que o tal pessoal da PIC deixe de fazer o seu trabalho fora da cadeia, investigar e deter os meliantes e ande a submeter os reclusos a sevícias. O director da cadeia parece ser conivente com esta situação, pois não toma medidas com vista a evitar o sofrimento dos queixosos. Aliás, há também promiscuidade naquela prisão, uma vez que pelo menos duas mulheres estão lá a dividirem as celas com homens. Com esta situação, as autoridades pretendem promover violações sexuais na cadeia e transformá-la numa incubadora de filhos? E estão lá encarcerados quatro adolescentes menores de 15 anos de idade, acusados de assaltos a residências e na via pública. Não se achou outro lugar melhor para o castigo desta gente?

Diálogo político

Certamente que algumas pessoas que não conhecem Afonso Dhlakama ficam atentas quando ele diz “basta... basta... basta...”. “Acabou a brincadeira...”. Quem presta atenção a este entretenimento gratuito, sem nenhum humor, devem ser as crianças, porque são facilmente manipuláveis. É fácil mentir para elas, mas para os adultos qualquer “basta” do famigerado “pai da democracia” não passa de um acto de sobrevivência política. As brincadeiras a que o líder da Renamo se refere são, obviamente, as que aconteciam, todas as segundas-feiras, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano (CICJC), onde durante dois anos o Governo e a Renamo não conseguiram fechar nenhum acordo válido para o fim da tensão político-militar que se vive em Moçambique. Agora que percebeu de que já é tempo de parar de enganar os compatriotas com um suposto diálogo político, Dhlakama fala de instalar um governo paralelo e um quartel general para administrar o país à força. Dhlakama pensa que está em que parte do mundo, afinal? Alguma vez viu os moçambicanos saturados? Aliás, o Governo que pare também de nos tomar por parvos, fazendo-se presente no CICJC, mesmo sabendo que a sua contraparte não estará lá.

Cidadania

@Verdade

www.verdade.co.mz 15
04 de Setembro de 2015



goste de nós no
facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

“Eu não tenho nenhum assunto pessoal ou particular com o cidadão Armando Emílio Guebuza, com quem eu não privo”. Ainda emocionado, Castel-Branco explicou que pessoalmente não tem nem nunca teve nenhum conflito com o antigo Chefe de Estado; contudo, enquanto ele permaneceu com os seus ideais revolucionários, com os seus ideais socialistas e com os seus ideais comunistas, Armando Guebuza, por sua vez, tornou-se um capitalista; por isso, o réu achou “que seria não só meu direito mas seria minha obrigação, como cidadão deste país, manifestar o que é que eu penso, o que é a minha opinião sobre o que estava acontecer com a governação”.

(...)

Como seria de esperar, o Ministério Público pediu a condenação dos réus. “Liberdade de Expressão e opinião não é um direito absoluto, ele encontra limites noutros direitos igualmente legitimados e constitucionalmente protegidos, razão por que deve ser exercido com grande ponderação cívica e com respeito das pessoas sobre as quais recai a opinião emitida”, começou por argumentar a Procuradora Sheila Matavele.

“Na verdade, tais acusações e afirmações extravasam os limites toleráveis no exercício do direito à Liberdade de Expressão e de opinião e consubstanciam a prática do crime de difamação. (...) No caso em análise, o réu usou a escrita e ao escrever o referido post teve tempo suficiente para escolher as palavras que pretendia usar e fazer um exame das palavras e não ignorava o conteúdo ofensivo das mesmas”, acrescentou a representante do Ministério Público que entende ainda que o que está em causa é “a forma que o réu usou para poder exprimir essa sua opinião sobre a forma de governação do Presidente da República na altura”.

Relativamente ao réu Fernando Mbanze a Procuradora Sheila Matavele afirmou que “o interesse público não se confunde com o interesse do público em possuir mais ampla informação sobre o tema. Na verdade o interesse do público não conhece qualquer limite representando quase sempre a expressão de uma insatisfeita curiosidade que explica a existência de um amplo sector da Imprensa dedicada precisamente à concretização desse interesse mas não justifica penalmente a conduta no caso de lesões típicas da honra ou consideração de uma pessoa por muito grande que seja o interesse do público naquela informação”.

“O réu, ao publicar o referido texto, mesmo não sendo da sua autoria, tinha conhecimento perfeito que o mesmo imputava factos e princípios à honra e consideração do Presidente, pôde obstar à publicação do mesmo mas não o fez nem mesmo censurar e publicou o texto na sua íntegra”; por isso, o Ministério Público entendeu estarem reunidos os elementos da prática do crime e requereu que ambos sejam condenados nas penas previstas”.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/54737>



Silvio Almirante Eu redigo que o Estado não pode definir quais são os direitos dos cidadãos, de modo que, não possam ser retirados por supostas razões... como esses casos que fecham e tiram a liberdade de expressão dos cidadãos. 1/9 às 20:22



Domingos Rafael Wemba Esse país é uma terra queimada esses três estão no lugar erado o ex presidente é que tem o direito de estar ai Ontem às 0:52



Arish Marshal Afinal de contas liberdade de expressão virou crime Acredito que todos os moçambicanos acabaram na cadeia no caso de querer se expressar · 17 h



Lily Chauque Em vez de insultar o Chefe de Estado deve fundar um Partido Comunista, ha espaco para isso, seria muito mais eficaz e evitaria aborrecimentos. Que eu saiba os cidadaos podem fazer peticoes ao Parlamento pedindo as sindicancias que acharem pertinentes, isso e legitimo. · 16 h · Editado



Emidio Nguambe a pessoa com direito ao julgamento é o ex presidente e não estes tres! · 1/9 às 21:18



Adolfo Dos Santos Ninguem vai calar a boca d quem tem sede d falar a verdade! K liberdade d xpressao é esse? K democracia? Tdos dias falam dos homens armados da renamo. Afinal porkê nao se fala dos

homens armados da justiça fatoche? O grande inimigo d povo nao é a guerra, pork na guerra a bala nao escolhe. O inimigo d povo é a ditadura pork ai se escolhe os alvos. 15 h



Celestino Bernardino Que nos dê o conceito de liberdade de expressão e libertinagem segundo a lei mãe · 2 h



Caetano Moraes Morri com os fundamentos. Publicar na rede social mais ampla do que o referido jornal é crime?? Se quizermos condenar “posts” das redes sociais o mundo parava por milênios! · 6 h



Benjamim Frankelin Afinal tao a espera de que pra prender o

guebuza? · 15 h



Deny Félix Mabunda Um delapidou e está numa boa,outro só falou e vai as celas k vergonha da intelectualidade moçambicana pha. 19 h



Paundane Wa Dunhe E banco dos réus, não é digno dos autores das falcatruas da ematum?? · 18 h



Jerry Muchanga As nossas liberdades consagradas na constituicao sao apenas um chamariz para os doadores encherem os bolsos dos intocaveis 14 h



Nelito Emilio Daniel A ignorancia é que move os tolos. No lugar d julgar Guebuza pelo roubo xtam a julgar os justos 1/9 às 21:21



lorenco Munguambe o sistema judiciario Mocambicano ta afectado com virus vermelho, nao consigo acreditar nesta justica, AFINAL QUEM DEVE SER JULGADO? SPOSTA 1/9 às 20:24



Waka Chitlango Que nos prendam todos · 19 h



Nargio Ponguane ã sei que o coelho pode fazer tremer o elefante. · 18 h



Andries Ouana Hei nwina deixem essas palhacadas e investiguem o caso



ematum. 16 h
Thomas Tom Não ha justiça nesse país!!! 1/9 às 21:39



Jota Efe o estado do gebuza? qual estado? do guebuza - o fascista? do grande revolucionario ? sao todos assim ; revolucionario qdo interessa ;olha o guebuza o fascista gatuno de alma e coracao ! so esquemas de dolares ; sempre nos esquemas e na conversa da lenga lenga do povo isto do povo aquilo ; · 20 h · Editado



Angelo Alfaica Este pais esta mal · 20 h



Lírio Matsinhe Ditadura á vista!! · 13 h



Samuel Bombi É melhor calar · 4 h

www.verdade.co.mz
facebook.com/JornalVerdade

twitter.com/verdademz



BBM Pin: 2ACBB9D9



SMS: 90440
(válido nas redes 82 e 84 ao custo de 2 Mt)

Nigéria conquista o Afrobasket masculino

A Nigéria conquistou neste domingo (30) o 28º Campeonato Africano de Basquetebol sénior masculino ao derrotar na final Angola, os campeões em título, por 64 a 75 pontos. É o primeiro título continental para os nigerianos que vão representar o nosso continente nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: FIBA

Depois das fracas prestações dos angolanos, que começaram por se assustarem na estreia diante de Moçambique, até não entraram mal para a final na arena de Tunis, marcando primeiro e criando uma pequena vantagem. A Nigéria não se intimidou e empatou a partida perto do término do 1º período. Mas os ainda campeões pareciam ter-se resguardado para esta final e venceram por 13 a 10 pontos.

Bem organizados a defender e melhor a atacar, os nigerianos voltaram a igualar o placar e deram a volta ao marcador. Carlos Morais, com um triplo, ainda tentou repor a vantagem mas Chamberlain Oguchi respondeu, garantindo a vitória ao intervalo para a Nigéria por 24 a 37 pontos.

Depois do descanso os angolanos não voltaram à campeão e, apesar de tentaram defender melhor, os nigerianos, bem mais equipa, encontravam sempre espaços e aumentavam a vantagem, fosse no jogo interior ou mesmo da linha de lances livres. Duas “bombas” de Ndoniema ainda deram algum alento, mas Ogide respondeu com outro triplo e, no término do 3º período, a vantagem da Nigéria era já de 15 pontos.

Bráulio Morais acertou outra “bomba” mas Gbinije respondeu com outra. Angola melhorou o seu basquetebol e acertou mais lançamentos no garrafão, mas os jovens nigerianos, têm uma média de idade de 27 anos, geriam bem a vantagem que



chegou aos 17 pontos. A jogaram mais com o coração, Moreira, Mingas e Carlos Morais tentavam dar luta mas a final já estava perdida.

Mais de uma década depois, a Nigéria vingou-se das finais de 1999 e 2003, perdidas diante Angola. Chamberlain Oguchi, que nesta final somou 19 pontos na

sua conta pessoal, foi nomeado para o cinco ideal do torneio ao lado do seu compatriota Al Farouq Aminu, que encestou 11 pontos e do angolano Carlos Morais, do senegalês Gorgui Dieng e do tunisino Makram Ben Rhoudane.

Chamberlain Oguchi foi eleito também o jogador mais valioso do Afrobasket 2015.

A selecção de Moçambique, que venceu a Costa do Marfim na sexta-feira,(28), não foi para além da 11ª posição final (o objectivo era melhorar esse lugar que foi o mesmo do Afrobasket de 2013) com duas vitórias e três derrotas, e recebeu o troféu de selecção Fair Play do torneio.

Moçambola: Costa do Sol volta a perder mas mantém liderança, e Ferroviário de Maputo vence e ascende à 2ª posição

O Costa do Sol somou, no sábado (29), a segunda derrota consecutiva no Campeonato Nacional de Futebol, desta vez em Vilankulo diante do ENH, mas beneficiou das derrotas do Maxaquene e da Liga Desportiva de Maputo - nesta 21ª jornada os tricolores perderam em casa e o bicampeão em Nampula -, para manter a liderança do Moçambola mas agora com apenas mais um ponto do que o Ferroviário de Maputo, que derrotou a equipa da HCB do Songo.

Texto: Duarte Siteo

Dois pontos separam os quatro primeiros classificados do Moçambola quando faltam apenas cinco jornadas para o seu término. Renhida também está a luta pela manutenção, sendo que seis pontos separam o 13º classificado do 7º.

A equipa de Nelson Santos não teve argumentos para contrariar os aguerridos representantes da província de Inhambane que nesta segunda metade do Campeonato Nacional de Futebol ainda não perdeu no seu campo.

Matlhombe, à passagem do minuto 12, inaugurou o marcador para os donos da casa, mas antes do final da primeira parte Eurico marcou na própria baliza.

No reatamento, a ENH mostrou quem mandava em casa, e aos 77 minutos o nigeriano Emanuel fixou o resultado final em 2 a 1.

Também derrotado foi o Maxaquene, que somou a quarta partida sem vencer. Simba e Whisk, autogolo, marcaram para a equipa de Antero Cambaco, enquanto Luckman apontou o tento de honra da formação orientada por Chiquinho Conde que parece já não acreditar no título. Com o triunfo os nacalenses saíram da zona de despromoção.

Pelo mesmo resultado, a Liga Desportiva de Maputo foi derrotada na sua deslocação à província nortenha de Nampula pelo Ferroviário local graças aos golos de Vivaldo e Avelino. Andro ainda reduziu para o conjunto muçulmano, mas os três pontos foram para os anfitriões.

Ferroviário de Maputo isola-se na segunda posição

O Ferroviário de Maputo soube aproveitar os deslizos do Maxaquene

e do bicampeão para assumir a segunda posição. Nesta ronda, a equipa de Carlos Manuel interrompeu a saga vitoriosa do HCB de Songo ao triunfar por 3 a 1.

Os três golos da locomotiva da capital moçambicana foram apontados no primeiro quarto de hora da primeira parte. Aos três minutos, Maurício aproveitou um cruzamento com cota, peso e medida de Chiza para abrir o marcador. Volvidos cinco minutos, Jair fez um golo de levantar qualquer estádio e, à passagem do minuto 12, Luís apontou o terceiro golo do Ferroviário de Maputo.

O máximo que o HCB de Songo fez foi reduzir para quando faltavam 15 minutos para o final do tempo regulamentar.

Em Nacala, o Ferroviário local, graças a um tento solitário de Chelito

aos 81 minutos, recebeu e venceu o Desportivo de Maputo pela margem mínima, por sinal o mesmo resultado que se registou no final da partida entre as formações do Ferroviário da Beira e 1º de Maio de Quelimane. Reinildo destacou-se ao marcar o golo que garantiu mais três pontos para os locomotivas de Chiveve.

Ainda na jornada 21, o Ferroviário de Quelimane e o Chibuto FC não foram para além de uma igualdade a uma bola.

Eis os resultados da 21ª jornada:

ENH FC	2	x	1	Costa do Sol
Maxaquene	1	x	2	Desp. Nacala
Fer. Maputo	3	x	1	HCB de Songo
Fer. Nampula	2	x	1	Liga Desportiva
Fer. Quelimane	1	x	1	Clube de Chibuto
Fer. Beira	1	x	0	1º Maio Quelimane
Fer. Nacala	1	x	0	Desp. Maputo

A classificação está assim ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Costa do Sol	21	9	5	6	20	2	35
2º	Ferr. de Maputo	21	9	7	5	27	15	34
3º	Liga Desp. Maputo	20	9	6	5	21	9	33
4º	Ferr. Beira	21	10	5	8	19	17	33
5º	Maxaquene	21	9	4	8	17	15	31
6º	HCB do Songo	21	8	6	7	17	14	30
7º	ENH FC	21	8	6	7	18	21	30
8º	Ferr. de Nacala	21	8	5	8	14	12	29
9º	Ferr. de Nampula	21	7	7	7	14	16	28
10º	G. Desp. Maputo	21	7	6	8	14	17	27
11º	Desp. de Nacala	21	6	7	8	13	21	26
12º	1º Maio Quelimane	21	5	10	6	13	16	25
13º	Chibuto FC	21	5	9	7	17	14	24
14º	Ferr. de Quelimane	21	2	7	12	7	28	13

O Moçambola vai para mini-férias devido ao compromisso da selecção nacional de futebol, no próximo fim-de-semana, diante das Ilhas Maurícias referente à campanha de qualificação para o Campeonato Africano das Nações de 2017.

Premier League: City mantém começo perfeito, e o Chelsea escorrega em casa

O Manchester City manteve o seu início perfeito de temporada com uma vitória por 2 a 0 sobre o Watford, enquanto o actual campeão Chelsea perdeu por 2 a 1, em casa, frente ao Crystal Palace, no sábado (29).

Texto: Agências

Raheem Sterling marcou o seu primeiro golo pelo clube, e Fernandinho anotou o segundo, levando o City à quarta vitória seguida e a obter uma vantagem de oito pontos sobre o Chelsea.

O começo de temporada abaixo da média do clube de Stamford Bridge continuou, apesar de Falcao ter feito o seu primeiro golo pelo clube. Joel Ward conseguiu o tento da vitória para o Palace a nove minutos do fim e colocou a sua equipa em segundo lugar na tabela.

O Liverpool, que havia conseguido sete pontos nas três primeiras partidas, foi derrotado por 3 a 0, em casa, pelo West Ham, com direito à expulsão de Philippe Coutinho.

Fabrizio Coloccini marcou na própria baliza na segunda vitória do Arsenal na temporada, por 1 a 0, sobre os dez homens do Newcastle em St. James' Park.

O Sunderland segue nas posições inferiores da tabela depois de um empate a 2 com o Aston Villa, e o recém-promovido Bournemouth empatou a 1 com o Leicester, com um golo de Jamie Vardy que cancelou o quarto de Callum Wilsom em duas partidas.

A contratação recorde do West Brom, Salomon Rondón, marcou dando a vitória ao Stoke City, que viu Afellay e Charlie Adam serem expulsos, por 1 a 0.

Bolt assegura três medalhas de ouro pela terceira vez, após vitória da Jamaica na estafeta

Usain Bolt ganhou todas as medalhas de ouro de velocidade num campeonato mundial de atletismo pela terceira vez, no sábado (29), ao liderar a vitória da Jamaica na estafeta 4x100 metros.

Texto: Agências

O atleta, de 29 anos, que já havia vencido os 100 e os 200 metros no Estádio Ninho do Pássaro, passou pela linha de chegada em 37s36 dando ao seu país a quarta vitória seguida no “Mundial” que decorre na China.

A equipa dos Estados Unidos da América, com Justin Gatlin, que ganhou a prata atrás de Bolt nas duas corridas individuais, errou a última passagem de bastão, entre Tyson Gay e Mike Rodgers,

e foi desclassificado depois de passar pela linha de chegada em segundo. Isso levou a equipa da casa, a China, a conquistar a medalha de ouro, em 38s01, com o Canadá a levar o bronze, com 38s13.

Bolt ampliou ainda mais o seu recorde de medalhas de ouro em “Mundiais”, com 11. Ele também ganhou as três em 2009 e em 2013.

→ continuação Pag. 02 - "Queremos que o tribunal diga aos moçambicanos e ao mundo em que país é que nós vivemos", Democracia ou Ditadura

tica do crime de difamação. (...) No caso em análise, o réu usou a escrita e ao escrever o referido post teve tempo suficiente para escolher as palavras que pretendia usar e fazer um exame das palavras e não ignorava o conteúdo ofensivo das mesmas", acrescentou a representante do Ministério Público que entende ainda que o que está em causa é "a forma que o réu usou para poder exprimir essa sua opinião sobre a forma de governação do Presidente da República na altura".

Relativamente ao réu Fernando Mbanze a Procuradora Sheila Matavele afirmou que "o interesse público não se confunde com o interesse do público em possuir mais ampla informação sobre o tema. Na verdade o interesse do público não conhece qualquer limite representando quase sempre a expressão de uma insatisfeita curiosidade que explica a existência de um amplo sector da Imprensa dedicada precisamente à concretização desse interesse mas não justifica penalmente a conduta no caso de lesões típicas da honra ou consideração de uma pessoa por muito grande



que seja o interesse do público naquela informação".

"O réu, ao publicar o referido texto, mesmo não sendo da sua autoria, tinha conhecimento perfeito que o mesmo imputava factos e princípios à honra e consideração do Presidente, pôde obstar à publicação do mesmo mas não o fez nem mesmo censurar e publicou o texto na sua íntegra"; por isso,

o Ministério Público entendeu estarem reunidos os elementos da prática do crime e requereu que ambos sejam condenados nas penas previstas".

"Nunca em momento algum Sua Excelência o ex-Presidente foi ouvido"

Naturalmente o entendimento da defesa é divergente. "O que foi produzido nesta audiência

que possa levar à condenação dos réus? Nada. Absolutamente nada. O que aqui foi trazido pelo Ministério Público é a sua interpretação de que dizer ao Chefe de Estado "você está fora de controlo" é uma coisa que atinge a honra dele; portanto, é um problema de palavras", afirmou ainda João Carlos Trindade nas suas alegações e pediu, obviamente, a absolvição do réu Carlos Nuno Castel-Branco.

Já o advogado de defesa do editor do MediaFAX lembrou que para um político, agindo na qualidade de figura pública, os "limites da crítica são muito mais alargados do que aqueles limites quando referentes a um particular anónimo. Inevitavelmente e de forma consciente um político expõe-se a um controlo atento, mais apertado dos seus actos, quer por parte dos jornalistas, quer por parte da massa abstracta e indeterminada dos cidadãos que constituem o povo (...)"

O advogado Bastos argumentou ainda afirmando que o Ministério Público sustentou a acusação "sob o ponto de vista de imputar a responsabilidade

criminal dentro de um crime particular, à pessoa do particular cidadão Armando Emílio Guebuza, e depois na sua vertente pública a Sua Excelência o Presidente da República, na altura".

O defensor de Mbanze chamou a atenção para o facto de "nunca em momento algum Sua Excelência o ex-Presidente foi ouvido relativamente ao teor do texto que estava aqui a ser colocado em causa" e explicou a relevância no facto de "se é relativamente ao particular há naturalmente uma omissão nítida de formalidade processuais porque o próprio não produziu nenhuma acusação nem tomou posição sobre o conteúdo desse texto, e sob essa matéria não pode um terceiro, neste caso o Ministério Público, vir dizer que aquelas expressões são atentatórias à honra de alguém que não se manifestou (publicamente)."

O juiz João Guilherme e os seus pares agendaram para o dia 16 de Setembro próximo a leitura da sentença. Nesse dia sabermos se Moçambique é uma Democracia ou uma Ditadura.

Novecentos estrangeiros expulsos de Moçambique por emprego ilegal

A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) afirma ter expulsado do território moçambicano pelo menos 900 cidadãos de várias nacionalidades que se encontravam ilegalmente afectos a diferentes sectores de actividades, no primeiro semestre do presente ano.

Texto: Redacção

Só de Janeiro até a semana passada, aquela instituição do Estado detectou um total de 912 funcionários de diversas nacionalidades, que trabalhavam em diversas empresas sem reunirem os requisitos exigidos pela legislação nacional, com destaque para a Lei nº23/2007, de 1 de Agosto (Lei do Trabalho), bem como o Regulamento relativo aos Mecanismos e Procedimentos de Contratação de Cidadãos de Nacionalidade Estrangeira, aprovado pelo Decreto nº55/2008, de 30 de Dezembro.

Nos primeiros seis meses do ano em curso foram detectados e suspensos, imediatamente, 586 cidadãos de nacionalidade estrangeira, enquanto em Julho passado a IGT interpelou e mandou cessar os seus vínculos laborais com as empresas onde trabalhavam um total de 240 expatriados. Em Agosto, outros 86 trabalhadores que se encontravam a trabalhar ilegalmente no país foram detectados e suspensos, de acordo com um comunicado de imprensa enviado ao @Verdade.

O recrutamento e emprego ilegal de mão-de-obra estrangeira ocorre mormente

nas firmas "ou unidades de produção, desde as zonas urbanas até rurais, neste último caso com destaque para as zonas onde decorrem projectos inseridos nas prospeções e descobertas de recursos naturais, bem como para os sectores agrícola, comercial, construção civil, da indústria hoteleira e de turismo".

A entidade lembra às companhias de que a "legislação laboral sustenta que só é recorrida a contratação de um trabalhador estrangeiro em situações em que, internamente, não se encontre resposta para o tipo de trabalho ou especialidade desejada pelo contratante e, em caso de recrutamento do estrangeiro, este deverá transmitir conhecimentos aos nacionais, durante o período em que estará no posto, tendo em vista a sustentabilidade do projecto ou empresa".

No mesmo período em análise, o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS) autorizou um total de nove mil cidadãos estrangeiros, depois de cumprirem todos os requisitos legalmente estabelecidos para o efeito.

Desporto

Quintero, Rolando e Adrián López deixam o FC Porto

Os dois primeiros rumam à França, e o avançado regressa a Espanha. Adrián López está de volta ao futebol espanhol. O atacante, que pertence aos quadros do FC Porto, vai jogar no Villarreal por empréstimo dos "dragões". O negócio foi oficializado na tarde desta segunda-feira pelo "submarino amarelo", que nesta janela de transferências já tinha assegurado os serviços de outros dois avançados: Roberto Soldado, do Tottenham, e Cédric Bakambu, do Bursaspor.

Texto: Público

No último Verão, os "azuis e brancos" pagaram ao Atlético Madrid 11 milhões de euros por 60% do passe do jogador mas este nunca justificou a aposta. Na época passada, o avançado participou em 18 jogos pelo FC Porto, nove dos quais a titular, tendo marcado apenas um golo.

Bétis e o Rayo Vallecano, onde jogam José Castro e Bebé, eram outros dos clubes interessados em Adrián.

Também de saída do Dragão estão o colombiano Quintero e o defesa Rolando, que vão ser adversários no futebol francês. O primeiro foi emprestado ao Rennes até ao final da temporada.



Já o internacional português assinou pelo Marselha, ficando por saber se a título definitivo ou por empréstimo. "É a minha prenda de aniversário", declarou o defesa central ao canal de televisão do clube francês. Rolando completa nesta segunda-feira 30 anos e nas últimas épocas foi cedido ao Nápoles, Inter de Milão e Anderlecht.

**TRANSPORTAMOS A SUA AREIA
PARA ONDE PRECISAR
EM MAPUTO E NA MATOLA**

Ligue já 843998638 ou 868723017



Publicidade

Imigrantes chegam à Alemanha e o sistema de asilo da União Europeia sofre colapso

Comboios com imigrantes procedentes da Hungria chegaram à Áustria e à Alemanha na segunda-feira (01), numa altura em que as regras do sistema de asilo da União Europeia sofriam um colapso sob a pressão de uma onda migratória sem precedentes no bloco.

Texto: **Agências** • Foto: **Reuters**



À medida que milhares de homens, mulheres e crianças, muitos fugindo da guerra civil na Síria, continuavam a chegar do leste, as autoridades deixavam os imigrantes seguirem viagem rumo à Alemanha, destino preferido de muitos.

O fluxo representa uma crise para a União Europeia, que eliminou controlos fronteiriços entre os 26 países da área Schengen, mas exige que os candidatos a asilo apresentem o pe-

dido no primeiro país de entrada no bloco, uma regra frequentemente ignorada.

De acordo com as normas da UE, o porta-voz da Polícia austríaca disse que só aqueles que ainda não haviam pedido asilo à Hungria poderiam entrar, mas a pressão da quantidade enorme de pessoas prevaleceu e, como se relatou, a presença de poucas polícias e oficiais de fronteira na vizinhança, o

comboio foi adiante aparentemente com todos os passageiros ainda a bordo.

Muitos dos refugiados que desembarcaram na estação de Viena nesta segunda-feira correram imediatamente para apanhar comboios para a Alemanha diante do olhar passivo de polícias que preferiram não intervir, disseram testemunhas.

“Graças a Deus ninguém pediu um passaporte... sem polícia, sem problema”, contou Khalil, de 33 anos, professor de inglês de Kobani, na Síria, acompanhado pela esposa e pela filha, a tossir e a chorar nos seus braços, na estação de Viena. Ele descreveu como ele e a sua família conseguiram comprar passagens em Budapeste e seguir para Hamburgo, na Alemanha, acrescentando ter certeza de que iriam ter um acolhimento melhor ali depois de cruzarem os Bálcãs e a Hungria.

“Quanto à Alemanha, os sírios chamam (a chanceler Angela) Merkel ‘Mama Merkel’”, acrescentou, referindo-se à reacção relativamente compassiva da líder alemã na crise dos imigrantes até o momento.

Mais de 850 mil pessoas confrontadas com insegurança alimentar aguda na Somália

A situação humanitária na Somália permanece “alarmante” quatro anos depois de uma fome devastadora que afectou mais de 850 mil pessoas, de acordo com o último estudo de avaliação alimentar gerido pela Organização das Nações Unidas (ONU), publicado segunda-feira (24) última.

Texto: **Agências**

“Os níveis de insegurança alimentar e de desnutrição são críticos”, declarou o coordenador humanitário da ONU para a Somália, Peter de Clercq, segundo o qual, os actores humanitários e doadores impediram a situação de ser ainda pior do que é, “mas temos de fazer mais. A situação das pessoas deslocadas no interior é particularmente preocupante”.

Em 2011, a Somália registou uma fome devastadora, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).

“As coisas melhoraram, mas as necessidades humanitárias permanecem imensas e o número de

pessoas que necessitam de assistência humanitária continua a rondar os três milhões. A capacidade de resiliência aos choques, quer durante conflitos, quer durante catástrofes, é muito limitado”, lê-se no relatório.

Os resultados da avaliação apresentados segunda-feira na capital da Somália, Mogadíscio, “indicam que a situação humanitária do país continua a ser alarmante”, declarou OCHA.

Os últimos resultados da avaliação conjunta do tempo do país revelam que cerca de 855 mil pessoas em toda a Somália estarão em “crise e urgência” em Dezembro de 2015.

Dois mortos num desmoronamento de mina no Burkina Faso

Duas pessoas morreram após o desmoronamento duma mina de ouro em Boussé, a cerca de 53 quilómetros de Ouagadougou, a capital do Burkina Faso.

Texto: **Agências**

Segundo a agência PANA, o drama teria ocorrido a 23 de Agosto quando uma mina de 70 metros de profundidade desmoronou sobre dois jovens de 21 e 22 anos de idade.

O Governo proibiu todas as actividades de extracção de ouro nos sítios mineiros do país até 30 de Setembro próximo depois do desmoronamento duma mina artesanal em Djibo, no norte do país, no qual duas pessoas morreram. Desde 2009, o ouro superou o algodão, que era a primeira fonte de divisas do Burkina Faso.

O fenómeno da exploração desordenada de ouro regista enormes proporções no Burkina Faso, que conheceu um

boom mineiro nestes últimos 10 anos.

Segundo dados oficiais, cerca de um milhão e 200 mil pessoas estão registadas nas minas e os desmoronamentos mortíferos são frequentes. Desde 2010, mais de 100 pessoas morreram após o desmoronamento de minas artesanais, segundo o Ministério das Minas.

A exploração de ouro, que representa 12 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do Burkina Faso, permitiu arrecadar em 2013 cerca de 192 milhões de francos CFA (sensivelmente de 12 milhões de meticalis) para o orçamento do Estado.

Plateia

Taylor Swift leva a maioria dos prémios da MTV, mas West e Miley Cyrus são a sensação

A cantora Taylor Swift pode ter ganho a maioria das estatuetas, mas foi o seu reencontro com o rapper Kanye West no palco do MTV Video Music Awards (VMA) que roubou a cena na noite de domingo, quando este declarou que vai concorrer à Presidência dos Estados Unidos em 2020.

Texto & Foto: **Agências Reuters**



West, que ficou famoso por invadir o palco e pegar no microfone de Taylor em 2009 durante o discurso de aceitação do troféu da cantora, recebeu o prémio Michael Jackson Vídeo Vanguard das mãos da própria Taylor, num momento marcante da história do VMA.

“Todos sabem do nosso encontro infame no VMA, mas algo que você pode não saber é que o álbum ‘College Dropout’, de Kanye West, foi o primeiro disco que comprei no iTunes”, disse Taylor. Ela acrescentou, numa paródia do discurso de West em 2009, quando ele lhe tirou o prémio, que “para todos os outros vencedores da noite, eu estou realmente feliz por si, e eu vou deixá-lo terminar, mas Kanye West tem uma das maiores carreiras de todos os tempos”.

Depois de uma ovação em pé, West reformulou o incidente de 2009, além de fazer outras reflexões sobre a autenticidade da arte, chegando ao ponto de criticar as premiações e a MTV por mostrarem repetidamente a cena do incidente com Swift para terem “mais audiência”.

“Se eu tivesse uma filha naquele momento quando subi ao palco e peguei no microfone de outra pessoa... depois daquela noite, o palco se foi, mas o efeito que teve sobre as pessoas permanece”, disse. Ele terminou o seu discurso declarando: “Eu decidi que em 2020 vou concorrer à Presidência”, incendiando rapidamente as redes sociais.

Taylor ganhou o prémio de vídeo do ano, o principal da noite, pela sua canção de vingança “Bad Blood”, que é declaradamente sobre a sua luta com a cantora Katy Perry, que não compareceu à premiação deste ano.

Os VMA da MTV distribuem anualmente as estatuetas do astronauta na Lua (Moonman) para as melhores realizações do ano em vídeos de música, mas o evento é mais conhecido pelos momentos irreverentes e inesperados durante a entrega dos troféus.

O programa de domingo chocou ao ter como apresentadora uma Miley Cyrus semi-nua, deixando aparecer o peito descoberto - incidentalmente, segundo a emissora - e cantando uma canção sobre fumar soruma. O cantor Justin Bieber voltou ao palco do VMA depois de uma pausa de dois anos para apresentar duas novas faixas, chorando no final da sua actuação.

Taylor Swift liderou os vencedores com quatro Moonmans incluindo o de melhor vídeo feminino e melhor vídeo de pop por “Blank Space”.

Moçambicano recebe Prémio da Paz de Aachen

Texto: Andrine Blanchard (Aachen) /DW • Foto: DW

Lumbela Azarias Zacarias foi um dos galardoados com o prémio, que distingue anualmente pessoas que lutam pela paz e pelo desenvolvimento. O moçambicano pertence a um grupo de estudantes que ajudam refugiados em Marrocos.

Lumbela Azarias Zacarias foi um dos três estudantes que viajaram até Aachen para receberem, finalmente, este terça-feira (01), o Prémio da Paz.

O moçambicano está a fazer um doutoramento em Direito Internacional e é parte de um grupo de estudantes que ajudam refugiados africanos em Oujda, no nordeste de Marrocos, a cerca de 150 quilómetros do enclave espanhol de Melilla.

“Todas estas pessoas tiveram de deixar o seu país. Não há só analfabetos, há também médicos entre eles”, diz Zacarias.

Ele e os colegas distribuem alimentos, tendas e lonas de plástico para o abrigo dos refugiados e acompanham-nos ao médico. O apoio só é tolerado pelo Estado marroquino porque os estudantes trabalham com a Igreja. Segundo o estudante moçambicano, em Marrocos, os refugiados costumam ser vítimas de ataques racistas e da violência policial.

“As pessoas sofrem em Marrocos. Quem tem a pele mais clara tem mais privilégios do que



quem tem a pele mais escura. É dever de cada um de nós fazer alguma coisa para ajudar essa população.”

O maior desejo dos estudantes homenageados em Aachen é que as novas gerações africanas promovam reformas nos seus países de origem para que não haja migrantes em necessidade no futuro.

Prémio para arcebispo e imã da RCA

O grupo de estudantes de Lumbela Azarias Zacarias partilhou o Prémio da Paz de Aachen de 2015 com o arcebispo Dieudon-

né Nzapalainga e o imã Kobine Layama, da República Centro-Africana.

Ambos lutam pela reconciliação entre cristãos e muçulmanos, depois de mais de dois anos de conflitos sectários no país. Milhares de pessoas morreram devido aos confrontos que envolvem os ex-rebeldes Séléka (maioritariamente da minoria muçulmana) e as milícias cristãs “anti-balaka”.

“Quando deflagrou esta crise, no final de 2012 e início de 2013, o arcebispo abrigou o imã e a família, tal como outros 10 mil refugiados, no seu território.

Nasceu aí uma amizade pessoal, e eles desenvolveram uma luta conjunta, que considero ser um grande exemplo para outras pessoas”, diz Leila Vannahme, membro dos organizadores do Prémio da Paz.

O imã Kobine Layama diz que a distinção é uma oportunidade para mostrar ao mundo que, mesmo durante uma guerra civil, o compromisso com a paz é possível.

“Este prémio deve fortalecer-nos e motivar-nos a lembrar todos os nossos compatriotas que, na República Centro-Africana, ainda há quem se esforce pela paz.”

Desporto

Multidão recebe quenianos que participaram do “Mundial” de Atletismo

Texto & Foto: Agência Efe



A delegação do Quênia que participou do Campeonato Mundial de Atletismo na China retornou nesta terça-feira ao país africano, e foi recebida por uma verdadeira multidão, numa festa que tornou as ruas de Nairobi. Os atletas quenianos lideraram o quadro de medalhas, como sete ouros, seis pratas e três bronzes, deixando para trás os jamaicanos. Esta foi a primeira vez em 24 anos que os Estados Unidos da América ou Rússia não estiveram como líderes ou não se classificaram em segundo lugar.

A novidade foi que as vitórias não aconteceram somente nas provas de fundo, nas quais os quenianos tradicionalmente dominam, mas também nos 400 metros barreiras e no lançamento do dardo masculino.

No desembarque dos atletas no aeroporto, o vice-Presidente queniano, William Ruto, deu as boas-vindas, num comité de recepção que contava com familiares dos membros do grupo que esteve em Pequim.

Após a festa com bandeiras, músicas e danças tradicionais, a delegação foi levada para o centro da capital num comboio de limusines.

“Hoje não podemos esconder a felicidade da nossa nação. Celebramos o êxito dos nossos homens e mulheres. Não somos maiores que os Estados Unidos da América e a China, nas somos simplesmente os melhores”, escreveu Ruto no seu perfil no Twitter.

O Presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, receberá os atletas que disputaram o “Mundial”.

Hóquei em Patins: Alaranjados e locomotivas triunfantes na estreia do Campeonato da Cidade de Maputo

O Estrela Vermelha, com recurso a uma goleada à moda antiga, humilhou a formação do Desportivo de Maputo pelos estrondosos 11 a 5, em partida da primeira jornada do Campeonato de Hóquei em Patins da capital moçambicana. Por sua vez, o Ferroviário derrotou a formação da Académica pela marca de 7 a 5.

Texto: Duarte Siteo

Naquela que foi a partida mais aguardada da ronda inaugural do Campeonato de Hóquei em Patins da Cidade de Maputo, o Estrela Vermelha, por sinal campeão em título, teve pela frente o Desportivo de Maputo, um dos candidatos ao título.

Foi um confronto em que os alaranjados não deram espaços de manobra ao seu rival, visto que os alvinegros andaram a leste dos acontecimentos. O Estrela Vermelha triunfou pela marca de 11 a 5, diga-se, humilhante para o Desportivo de Maputo, que na prova que antecedeu este certame conseguiu derrotar o “rei” do hóquei moçambicano.

Ainda na primeira jornada, o Ferroviário de Maputo teve que suar para vencer a Académica, por 7 a 5. Apesar da derrota, os estudantes deixaram uma boa

imagem, obrigando os eleitos de Pedro Tivane a terem de se empenhar para conquistarem os três pontos.

Concluída a primeira ronda, o Estrela Vermelha ocupa a primeira posição da competição com um total de três pontos, por sinal os mesmos que o segundo classificado, Ferroviário de Maputo, sendo que os alaranjados estão na liderança por serem a equipa mais concretizadora.

Por seu turno, a formação da Académica encontra-se no terceiro e último lugar do pódio, mas com os mesmos pontos que o lanterna vermelha Desportivo de Maputo.

Refira-se que na próxima jornada o Ferroviário de Maputo vai medir forças com o Estrela Vermelha, enquanto o Desportivo vai jogar com a Académica.

Ciclista Michael Rogers recebe bronze de Olimpíada de Atenas onze anos depois

Texto & Foto: Agência Reuters

O ciclista australiano Michael Rogers recebeu oficialmente uma medalha olímpica de bronze na segunda-feira – 11 anos depois da corrida em que a conquistou. O atleta, de 35 anos de idade, terminou a prova na Olimpíada de Atenas em 2004 no quarto lugar, mas depois de Tyler Hamilton, o vencedor da competição, ter perdido o seu ouro há três anos por doping, Rogers foi elevado para a terceira posição.



“Que honra enorme”, disse Rogers durante uma cerimónia na sede do Comité Olímpico Internacional (COI) em Lausanne, na Suíça, à qual compareceram o presidente da entidade, Thomas Bach, o seu vice, John Coates – que na ocasião era o líder da delegação australiana – e o chefe da União Internacional de Ciclismo (UCI, na sigla em inglês), Brian Cookson.

“Quando me lembro daquele dia,

11 anos atrás, em Atenas, a minha primeira reacção é um sorriso. Esta medalha de bronze dá-me uma grande satisfação e acrescenta algo tangível às minhas ótimas lembranças”, declarou Rogers.

No ano passado, o COI aprovou uma nova regra como parte das reformas da sua Agenda 2020 com o objectivo de homenagear atletas saudáveis, que recebem uma medalha olímpica após um

caso comprovado de doping.

O norte-americano Hamilton teve inicialmente permissão para ficar com a medalha em 2004, apesar de ter apresentado um teste anti-doping positivo, porque o laboratório destruiu acidentalmente a amostra B. Ele foi então apanhado num teste de sangue em 2005 e banido do desporto por dois anos, e novamente em 2009, quando foi afastado por oito anos, e em 2011, finalmente, admitiu ter usado doping.

Zuneid Sidat: “Há dinheiro no futebol moçambicano”

Se, por um lado, o agente FIFA, Jorge Mendes, é o embaixador do futebol português, por outro, Zuneid Sidat é o comissário da modalidade em Moçambique. O @Verdade apresenta, nesta edição, uma entrevista com o jovem empresário, que agencia a carreira de jogadores como Mexer, Zainadine, Ricardo Campos e Witi, e que tem o sonho de ver os Mambas na fase final do Campeonato Mundial.

Texto: Duarte Siteo • Foto: Eliseu Patife

@Verdade (@V) - Como é quando entrou no mundo de agenciamento de jogadores?

Zuneid Sidat (ZS) - No passado o meu tio, Shafee Sidat, era agente FIFA e sempre acompanhava a carreira dele. Numa das viagens que fiz a Portugal encontrei-me com um grupo de pessoas que me explicaram como o futebol cabo-verdiano conseguiu desenvolver-se.

Dos 23 jogadores da selecção de Cabo-Verde que estiveram no último CAN, 22 jogam no futebol do velho continente e eu senti que internamente precisávamos de 5 a 10 anos para desenvolvermos o nosso futebol, mas quando se desenvolve o futebol internamente não se pode deixar a selecção órfã de atletas, e para isso é necessário colocar jogadores a evoluírem no estrangeiro. Quanto mais desportistas a jogarem fora de portas melhor para o combinado nacional.

@V - No futebol europeu tem apostado mais no mercado português. Quais são as razões para esta escolha?

ZS - Em Portugal, os moçambicanos são considerados cidadãos nacionais e pode-se fazer um plantel com 20 jogadores moçambicanos. Os desportistas devem ter uma porta de entrada no futebol europeu e a nossa é Portugal porque com a vinda de técnicos estrangeiros ao Moçambola o futebol que é praticado no país assemelha-se ao praticado em Portugal. Com a lín-

gua e a semelhança do futebol, o atleta tem dois a três anos para dar um salto, ao contrário do que ia acontecer se um jogador emigrasse para o futebol italiano onde tinha que se adaptar primeiro à língua.

“MFS e Nacional da Madeira: um casamento perfeito”

@V - O Nacional da Madeira tem sido a ponte de entrada dos jogadores moçambicanos no futebol europeu. Porquê o Nacional e não outros clubes?

ZS - Durante dois anos lutei para que nos abrissem as portas e até chegámos ao ponto em que chegámos. No presente tenho clubes que me ligam a pedir jogadores e não posso esquecer que isso é graças à hospitalidade do Nacional da Madeira. Quanto mais tiver jogadores com qualidade para entrarem no futebol europeu a primeira escolha será o clube insular. O Nacional está feliz e nós também. O Manuel Machado já é um conhecedor do futebol moçambicano.

@V - Os Mambas iniciaram no passado mês de Junho mais uma campanha de qualificação para o CAN e na primeira jornada foram derrotados, em pleno Estádio Nacional de Zimpeto, pelo Ruanda. Face a este desaire, ainda acredita num possível apuramento?

ZS - É muito difícil porque para uma possível qualificação tinha-



mos de vencer o Ruanda e as Ilhas Maurícias em casa na primeira volta. Na segunda, era imperioso derrotar as Ilhas Maurícias fora de portas e, no mínimo, empatar com o Ruanda. A partir de uma altura em que perdemos em casa com os ruandeses é muito difícil chegarmos ao CAN, ou seja, começámos uma campanha com um treinador que perdeu e foi afastado. O próximo seleccionador vai receber um presente envenenado e não se pode pedir o apuramento. Com esta derrota Moçambique é obrigado a triunfar num dos jogos com o Gana.

“Há dinheiro no futebol moçambicano”

@V - Como é que olha para o futebol moçambicano no pre-

sente?

ZS - O futebol moçambicano tem um potencial que ainda não está a ser explorado. Olho para os orçamentos da Federação Moçambicana de Futebol, da Liga Moçambicana de Futebol e dos clubes, e vejo que há dinheiro no futebol, mas falta aos grêmios vontade de apostar na formação de jogadores. Nós temos um défice nas camadas jovens e é preciso que os clubes apostem nessa área. Por seu turno, a federação devia obrigar os clubes a investir nos jovens. Temos que deixar de olhar para o presente e trabalhar com os olhos postos no futuro.

No passado ganhávamos por uma diferença de cinco a seis golos à Suazilândia, mas no presente vencemos pela margem mínima

porque, enquanto os outros caminham para a frente, nós continuamos estagnados.

@V - Disse que o nosso futebol continua estagnado. A vinda de treinadores estrangeiros nada mudou no nosso futebol?

ZS - A vinda de técnicos estrangeiros trouxe-nos outra abordagem táctica. Quando disse que estamos estagnados era a nível da formação. É inaceitável um técnico estrangeiro começar o treino com o ensaio de passe e recepção de bola, porque os atletas saem tortos da formação.

@V - O novo elenco da Federação Moçambicana de futebol que saiu das eleições do dia 13 de Agosto terá como primeira missão contratar um treinador para comandar a equipa técnica dos Mambas. Na sua concepção devia-se apostar num treinador estrangeiro ou continuar a acreditar em técnicos nacionais?

ZS - Isso não tem nada a ver com o estrangeiro ou o nacional, mas sim com a competência. O próximo seleccionador nacional dever ser uma pessoa idónea e, acima de tudo, conhecedor do futebol moçambicano. Não sou apologista de seleccionadores holandeses e alemães, mas sim de treinadores que falam a mesma língua que a nossa, ou seja, brasileiros e portugueses.

Qualificação CAN-2017: “Mambas” jogam nas Ilhas Maurícias com obrigação de vencer

Com três pontos perdidos em Maputo, diante do Ruanda, a selecção nacional de futebol partiu para as Ilhas Maurícias onde no domingo(06) defronta a sua congénere local e tem a obrigação de vencer para entrar na corrida de apuramento para o Campeonato Africano das Nações(CAN) de 2017.

Texto: Redacção

“Temos de jogar por um resultado positivo. Não temos alternativas, precisamos de uma vitória. Sabemos que não será fácil, é sempre duro jogar fora, principalmente contra uma equipa que tanto precisa de pontuar como nós”, afirmou esta semana ainda em Maputo o seleccionador nacional interino Mano-Mano.

Os “Mambas” e as Ilhas Maurícias reparam a última posição do grupo H de qualificação para o CAN de 2017, atrás do Gana e do Ruanda, ambos com três pontos e que jogam entre si, nesta 2ª jornada, no sábado (05) em Kigali. O ganenses golearam os mauricianos na 1ª jornada por 7 a 1.

Para este embate que Moçambique precisa de vencer, e de preferência por muitos golos para um eventual desempate na classificação final, Mano-Mano escolheu os seguintes 19 jogadores:

Guarda-redes - César Machava (Costa do Sol) e José Guirruogo (ENH FC).

Defesas - Mexer (Rennes, França), Zainadine Júnior (Nacional da Madeira), Miro (Bravos Maquis, Angola), Gerson (Costa do Sol), Norberto (Ferroviário de Nacala), e Edmilson (Ferroviário de Maputo), Chico II e Kito (Liga Desportiva de Maputo).

Médios - Dominguez (Bidvest, África do Sul), Reinildo e Gildo (Ferroviário da Beira), Jumisse (1º Agosto), Hagy (Liga Desportiva de Maputo) e Witiness (Nacional da Madeira, Portugal).

Avançados - Clésio (Benfica B, Portugal), Isac (Maxaquene) e Luís (HCB).

O trio de arbitragem que vai dirigir esta partida, agendada para as 15 horas no estádio de Curepipe, vem do Djibuti e é liderado por Djamel Aden Abdi.

Apuram-se para a fase final do CAN, que será disputado no Gabão em 2017, os vencedores de cada um dos grupos e ainda as duas selecções que ficarem em segundo lugar com o maior número de pontos.

→ continuação Pag. 11 - CIP defende julgamento de casos de “grande corrupção” há anos engavetados

recentemente, o caso do Juiz Luís Mondlane, do Conselho Constitucional, acusado de gestão danosa quando exercia as funções de presidente daquele órgão, mau grado ele ter sido bastante protegido pelo “sistema judicial”, uma vez que, mesmo tendo resignado do cargo de conselheiro do Conselho Constitucional, voltou para o Tribunal Supremo (de onde tinha saído em comissão de serviço), designadamente da 2ª Secção Criminal daquela instância, para onde curiosamente o seu processo fora remetido pelo Ministério Público para julgamento. Numa situação que se mostrava a mais adequada, Mondlane devia ter sido suspenso para não influenciar e nem levantar suspeitas de poder influenciara decisão do Supremo.

“Porém, Mondlane não foi suspenso e acabou por ser ilibado por aquele órgão, o que levanta suspeitas sobre a justeza da decisão e da imparcialidade do tribunal no julgamento do caso. Esta situação demonstra a protecção pelo judicial das suas

mais altas figuras, mesmo existindo indícios suficientes do envolvimento delas em casos criminais. O proteccionismo tem vindo a mostrar-se extensivo a outras figuras de topo a nível do Estado moçambicano”.

São de recordar alguns casos de que se desconhece a sua fase processual no momento, como sejam: O do ex-presidente interino do Conselho de Administração (PCA) do extinto Banco Austral, António Siba-Siba Macuácu, e que remonta a 2001, tendo sido repartido em dois processos, um envolvendo a gestão danosa do banco e outro referente ao próprio assassinato daquele gestor sénior da banca, na altura ido do Banco de Moçambique; o relacionado com o envolvimento da ex-ministra do Trabalho, Maria Helena Taipo (hoje governadora da província de Sofala), e do antigo director-geral do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Abílio Mussane, em que a antiga governante é acusada de pressionar o referido director a saquear fundos do

INSS para seu proveito pessoal, que remonta a meados de 2010.

Também no INSS, a implicação dum antigo PCA, Inocêncio Matavele, e a antiga directora Geral da mesma instituição, Rogéria Langa, entre outros quadros, acusados de adquirirem uma residência para o então PCA no valor de um milhão de dólares americanos e para a aquisição de outra orçada em 2,5 milhões de meticais e a sua remodelação ao preço demais de 7,5 milhões de meticais, para a referida directora, e de material gráfico para a promoção da referida instituição no valor de 25 milhões de meticais, caso que remonta a 2012. Aliás, o INSS sempre foi tido como um “saco azul” para enriquecer os respectivos dirigentes, sem que medidas preventivas fossem tomadas visando um maior controlo interno na gestão dos fundos, o que, de acordo com o CIP, mostra que o compromisso do Estado moçambicano no combate a casos de “grande corrupção” é bastante frágil.